UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE LITORAL NORTE/OSÓRIO
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA - LICENCIATURA

AMANDA PIA DOS SANTOS

MARCAS ESCOLARES EM UM ESTUDANTE TRANSGÊNERO:
UM ESTUDO BIOGRÁFICO

OSÓRIO
2021

AMANDA PIA DOS SANTOS

MARCAS ESCOLARES EM UM ESTUDANTE TRANSGÊNERO:
UM ESTUDO BIOGRÁFICO

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga, pelo Curso de Pedagogia - Licenciatura da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientadora:Profª.Drª Maria Cristina Schefer

OSÓRIO

2021

Catalogação de Publicação na Fonte

S237m Santos, Amanda Pia dos.

Marcas escolares em um estudante transgênero: um estudo biográfico / Amanda Pia dos Santos. – Osório, 2021.

64 f.

Orientadora: Prof.ª. Maria Cristina Schefer.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Licenciatura em Pedagogia, Unidade em Osório, 2021.

Ficha catalográfica elaborada por Laís Nunes da Silva - CRB 10/2176

AMANDA PIA DOS SANTOS

MARCAS ESCOLARES EM UM ESTUDANTE TRANSGÊNERO:
UM ESTUDO BIOGRÁFICO

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga, pelo Curso de Pedagogia - Licenciatura da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientadora:Profª.Drª Maria Cristina Schefer

Banca examinadora

_____

Profª. Drª. Maria Cristina Schefer (UERGS)
Orientadora

_____

Profº. Drª. Sita Mara Lopes Sant'anna (UERGS)
Membro Titular

_____

Me. Daniella Vieira Magnus (UERGS)
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço àqueles que me colocaram neste mundo e me incentivaram sempre a estudar e a persistir: mãe e pai, vocês são os meus tesouros! Obrigada por apoiarem em minhas escolhas e não me deixarem desistir! Tudo o que eu sou hoje é graças a vocês!

Helena, minha irmã, durante toda a Graduação tu foste a minha maior força para seguir. É inexplicável o meu amor por ti!

Muito obrigada Andressa, por me mostrar o que é ter determinação e foco nos estudos. Todas as madrugadas que passei em claro, sempre lembrava de ti estudando e falando para eu fazer o mesmo que ia dar tudo certo. Eu fiz e estou aqui! Obrigada por ser essa mãe de coração maravilhosa, que ainda me presenteou com dois irmãos, também de coração, mas extremamente especiais e essenciais na minha vida. Júlia e João, amo muito vocês!

E o que falar da minha parceira Tainá? Aquela que desde o primeiro dia não se desgrudou de mim, e eu dela. Um presente maravilhoso que a UERGS me deu para minha vida. Ela segurou a “minha barra” diversas vezes para que eu não desistisse. Enfrentamos juntas todas as noites frias de Osório com uma mantinha e um cházinho. Gratidão, amiga! Não sei o que seria de mim, e dos nossos trabalhos, sem você!

Agradeço à minha orientadora, a Profª Drª Maria Cristina Schefer, que não mediu esforços para me orientar, me respondendo até mesmo de madrugada, acreditando no meu trabalho.Também agradeço todos os professores que estiveram presentes durante essa caminhada. Um obrigada especial para a Profª Drª Carolina Gobbato, pelo apoio de sempre e pelo colinho para chorar em um dos momentos mais difíceis da Graduação. Obrigada à UERGS, por me proporcionar ter uma educação de qualidade!

Por último, mas não menos importante, o meu maior agradecimento vai para uma pessoa que merece ganhar esse diploma junto comigo: meu marido. Aquele que entrou na minha vida no meio da Graduação e não saiu um minuto do meu lado durante todos os desafios encontrados. Segurou minha mão todas às vezes que chorei de cansaço. Ele passou junto comigo as madrugadas, enquanto eu terminava os trabalhos, mesmo dormindo, esteve comigo. Obrigada por sempre estar presente e me apoiar em todas as decisões, me dando

conselhos e puxões de orelha também. Te agradeço ainda mais por me proporcionar ser madrasta de um menino lindo e carinhoso, que considero como filho. Por muitas vezes, pensei nele, no que poderíamos proporcionar a ele com a minha Graduação. Gratidão eterna a ti, meu amor!

Finalizo chorando, mas de felicidade, agradecendo todos àqueles que estiveram comigo durante essa jornada, gratidão!

Dindo Mica, essa vai para ti!

RESUMO

Este estudo aborda as temáticas Gênero e Sexualidade, e tem como foco “a relação escola-estudante de um discente transgênero”. Como pano de fundo utiliza a Teoria Queer, popularizada no Brasil pela pesquisadora Guacira Lopes Louro. Numa abordagem qualitativa, com procedimento biográfico, a partir de um questionário e de uma entrevista narrativa, socializa-se aqui experiências escolares de um estudante, principalmente, em suas vivências no Ensino Fundamental. A pesquisa evidenciou: a) o despreparo e falta de seriedade de profissionais da escola, em que o participante foi aluno, para lidar com situações de *bullying*, praticado pelos colegas; b) omissão praticada pelos adultos que deveriam coibir a violência de gênero, impedindo, assim, que vivenciassem situações de vexame; c) falta de conhecimento teórico e legal dos profissionais da educação sobre gênero e sexualidade. A partir disso, é fundamental promover ações efetivas de formação docente sobre as temáticas Gênero e Sexualidade, o que inclui dar visibilidade a profissionais transgêneros no reforço positivo dessa categoria.

Palavras-chave: transgênero; gênero; sexualidade; escola; *bullying*.

ABSTRACT

This research approaches the themes Gender and Sexuality and focuses on “the relationship between the school and a transgender student”. As a background, uses the Queer Theory, popularized in Brazil by the researcher Guacira Lopes Louro. In a qualitative approach, with a biographical procedure and from questionnaire and a narrative interview, a student's school experiences are socialized, mainly the experiences in Elementary School. The research emphasized: a) the desperation and lack of seriousness of the school professionals in which the participant was a student to deal with bullying situations practiced by classmates; b) omission, praticed by adults who should curb gender violence, preventing them from experiencing situations of embarrassment; c) lack of theoretical and legal knowledge of education professionals about gender and sexuality. From that, it is essential to promote effective actions for teacher training on the themes Gender and Sexuality, which includes giving visibility to transgender professionals in the positive reinforcement of this category.

Keywords: transgender; gender; sexuality; school; bullying.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 5

2 MARCO TEÓRICO..... 8

3 DO ESTADO DO CONHECIMENTO..... 15

4 REFINANDO CONCEITOS 20

5 MARCO LEGAL..... 25

6 METODOLOGIA 32

7 ANÁLISE: O Miguel na escola 34

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 39

REFERÊNCIAS..... 43

APÊNDICE A– Questionário 47

APÊNDICE B - Entrevista..... 48

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre Esclarecido 62

1 INTRODUÇÃO

Estamos em 2021 e ainda muitos assuntos que permeiam o cotidiano escolar não estão inclusos nos debates de sala de aula, como as temáticas 'Gênero e Sexualidade'. Esta pesquisa teve como foco questões de gênero, pois retrata episódios de um homem trans adolescente durante o 9º ano do Ensino Fundamental e nos poucos dias que frequentou o 1º ano do Ensino Médio. Em suma: "a relação escola-estudante de um discente transgênero".

Nesse sentido, a escolha de um discente transgênero se deu tendo em vista, a menção pela categoria, de que há invisibilidades dentro da própria sigla LGBTI+[1], e a letra "T" é uma delas. Levando em consideração que 82% de transexuais e travestis evadem a escola[2], esta pesquisa se justifica pela emergência desse assunto ser tratado nas salas de aulas, em ações de formação de profissionais da educação, para que se possa ter um olhar mais atento para as questões de gênero, mais profundamente, para transgêneros, no âmbito escolar.

Quando eu era pequena e as pessoas me perguntavam o meu sonho eu sempre dizia que queria mudar o mundo. Fui crescendo e mantendo esse sonho. Atualmente, me sinto tão perto de realizar esse sonho (se é que eu já não realizei), me formando em Pedagogia e sendo professora, pois não existe mais nada tão revolucionário a ponto de provocar mudanças do que senão a educação. E aqui estou.

Lutar por/com as minorias sempre foi minha característica, independentemente se pertenço a elas ou não. E conforme fui crescendo fui me envolvendo cada vez mais, principalmente com a comunidade LGBTI+. Me sensibilizo muito por aqueles que são silenciados e não conseguem ter oportunidades por conta do preconceito.

A escolha do tema se deu, primeiramente, em uma busca por conhecimento, para poder ter propriedade do que falo quando luto por essas pessoas e entender mais sobre Gênero e Sexualidade. Pensei em utilizar meu

---

[1] Significado da Sigla LGBTI+: L: lésbicas; G: gays; B: bissexuais; T: transgêneros, travestis e transexuais; I: intersexo; +: todas as outras identidades de gênero e sexual.

[2]Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (CEDS/OAB), dado citado no site do CPERS – Sindicato de Professores da rede estadual do Rio Grande do Sul (2019).

espaço de privilégio para levar esse assunto a conhecimento de toda a comunidade acadêmica, até mesmo porque é pouco debatido e acaba se tornando um tabu. Espero que essa pesquisa evidencie para as pessoas o quanto algumas atitudes machucam o outro e podem levar a perigosas consequências, bem como que devemos sempre acolher, sem precisar julgar e desrespeitar. No final, o que sempre vence é o amor e a empatia, e quero transbordar tudo isso, para contagiar as pessoas, e, quem sabe, mudá-las para o bem.

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar a biografia de um estudante transgênero em relação a suas vivências escolares. Sendo assim, os objetivos específicos traçados visam:

a) verificar se a identidade de gênero do estudante afetou/afeta a sua aprendizagem;

b) pesquisar os desdobramentos do ser trans na escola;

c) evidenciar situações de *bullying* por conta da sua identidade de gênero;

d) indicar possíveis despreparos da equipe diretiva e docentes;

e) promover a visibilidade para a comunidade trans, especificamente transgêneros.

A partir dos objetivos, pretendo desenvolver durante meu trabalho o seguinte problema "**Como as práticas de bullying de gênero em uma instituição escolar impactam na vida de um aluno transgênero?".**

O presente estudo está organizado da seguinte maneira: inicialmente apresento o marco teórico a partir do livro "Um corpo estranho – Ensaios sobre sexualidade e teoria queer", de Guacira Lopes Louro (2020), trazendo as principais questões para este estudo sobre Gênero e Sexualidade, a partir da Teoria *Queer,* criada por Judith Butler e difundida pela autora no Brasil.

Na sequência, ainda como marco teórico, apresento a revisão de 4 artigos publicados nos anos de 2012, 2015, 2016 e 2018, por doutores, que discutem sobre as temáticas Gênero e Sexualidade. Posteriormente, abordo o marco legal com as principais leis que permeiam o ambiente escolar e as que possuem relação com os sujeitos transgêneros.

Em seguida, discorro sobre a metodologia, de maneira detalhada, trazendo a sequência de passos seguidos para se chegar aos resultados da pesquisa.

No capítulo 7 apresento a análise dos dados extraídos da entrevista realizada e do referencial teórico apresentado no estudo.

Por fim, no capítulo 8 finalizo o estudo com a conclusão.

2 MARCO TEÓRICO

Referência no Brasil, na América Latina, a pesquisadora dos Estudos Culturais *Guacira Lopes Louro*, desde a década de 1990, tem contribuído significativamente quando a temática é Gênero e Sexualidade na escola. Em vista disso, optei por revisar a 3ª e última publicação, de um de seus livros, intitulado “Um corpo estranho - Ensaios sobre sexualidade e Teoria Queer”, pela Editora Autêntica , em 2020. Desse modo, apresento aqui alguns trechos de cada capítulo, com aquilo que me chamou atenção e que entendo ser fundamental para a abordagem do tema e da relação escola-estudante vivenciada pelo discente transgênero.

O capítulo 1, intitulado “Viajantes pós-modernos”, a autora inicia falando sobre o filme “Deus é brasileiro”, comparando com as viagens do outro filme citado, “Bye bye Brasil”. A metáfora da viagem é trazida por Louro para exemplificar que o sujeito ou entra em uma viagem, ou é empurrado para uma, no decorrer de sua vida, mas que ele deve se interessar muito mais pelos movimentos e transformações que ocorrem no meio dela, do que, propriamente, pela chegada. Em seguida, a autora reflete que ao declararmos o sujeito menina ou menino, estamos criando uma viagem para tal, supondo um rumo ou direção que o mesmo deve seguir. Nesse sentido, é possível enxergarmos uma fronteira, advinda de uma matriz heterossexual que “[...] delimita os padrões a serem seguidos e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, fornece a pauta para as transgressões.” (LOURO, 2020, p. 17). Assim, para alguns indivíduos cruzar as fronteiras de gênero e de sexualidade, muitas vezes, é somente um passar livre, mas, para outros pode ser um exílio.

“Uma política pós-identitária para a Educação” é o título do segundo capítulo, o qual é dividido em três subtítulos. Inicialmente, Louro traça um panorama sobre o termo “minorias” e o porquê determinados indivíduos se encaixam nessa expressão. Desse modo, a autora reflete sobre esse conceito, analisando que ele não deveria abranger qualquer sujeito, visto que se traduz por inferioridade. Em seguida, ela aborda a questão de que a escola, o currículo, as educadoras e os educadores acabam não tendo respostas para questões que se sentiam seguros e estáveis há pouco tempo, já que, atualmente, a diversidade adentrou à escola, a pluralidade de gêneros está mais presente, mesmo que

invisibilizada.

Após essa introdução, encontra-se o primeiro subtítulo, sendo denominado de “Construindo uma política de identidade”, Louro inicia o texto com um histórico sobre a homossexualidade, a qual seria invenção do século XIX. A autora aborda que, antigamente, as relações amorosas e sexuais ditas homossexuais, eram consideradas como sodomia[3], sendo assim, refere-se a pessoas que se desviam da norma. Louro avança na escrita descrevendo a homossexualidade no Brasil, trazendo aspectos relevantes como a questão dos indivíduos bissexuais, sadomasoquistas e transexuais terem sido afetadospor políticas de identidade excludentes, consequentemente, marginalizados perante a sociedade. Finaliza essa parte do texto mostrando que os grupos ativistas no Brasil e no mundo se ampliaram, mas ainda com uma dicotomia masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/homossexual, reforçando o sistema binário.

Após o segundo subtítulo “Uma teoria e uma política pós-identitária”, a autora traz o conceito *queer*, que seria estranho, ridículo, excêntrico, raro, extraordinário (LOURO, 2020, p. 35), uma forma pejorativa de chamar os sujeitos homossexuais. Mas, por outro lado, para esses indivíduos, *queer* expressa “ [...] colocar-se contra a normalização[4] [...] ” (LOURO, 2020, p. 35), tendo como maior “alvo” a heteronormatividade. Em seguida, Louro descreve quando iniciaram os debates a cerca desse conceito, evidenciando autores que pesquisavam sobre esse assunto, mas não de forma direta ligada ao termo *queer*, sendo eles Freud, Lacan e Althusser. Logo após, a autora afirma, a partir de Derrida, que “ [...] a lógica ocidental opera, tradicionalmente, através de binarismos [...] determinando [...] a posição do ‘outro’, o seu oposto subordinado. ” (LOURO, 2020, p. 39). Então, Louro sugere descontruir essa lógica, mas como forma de questionamento e análise.

Finalizando esse capítulo, o terceiro subtítulo “Uma pedagogia queer?”inicia com uma questão importante, sobre como a Teoria *Queer* poderia se encaixar no âmbito escolar. Tendo em vista esse questionamento, a autora

---

[3]“Uma atividade indesejável ou pecaminosa à qual qualquer um poderia sucumbir.” (LOURO, 2020, p. 27).

[4] “Normalização: ato ou efeito de normalizar(-se)” (NORMALIZAÇÃO, 2021). Normalizar: Fixar normas para normatizar, regulamentar” (NORMALIZAR, 2021)

descreve que,

> A teoria queer permite pensar na ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação. (LOURO, 2020, p. 44)

Desse modo, ela não seria importante somente para questões de Gênero e Sexualidade, visto que ela reflete sobre um todo social. Logo em seguida, a autora sugere como seria um currículo *queer*, sendo aquele voltado para todas as identidades e diferenças. Assim, acabaria por evidenciar a polarização heterossexual e homossexual, mas questiona esse modo no qual a heterossexualidade é identificada como superior.

Por conseguinte, um currículo e uma pedagogia *queer* precisam ir além de denunciar essa "superioridade", a homofobia, mas, sim, devem "[...] desconstruir o processo pelo qual alguns sujeitos se tornam normalizados e outros marginalizados [...] " (LOURO, 2020, p. 46). Louro aborda uma importante característica de uma pedagogia *queer*, que seria oposta à pedagogia do oprimido, pois essa trabalha com dualismos, fortalecendo a lógica da subordinação forte/fraco. Finalizando, essa parte do texto, a autora reflete que abordar uma pedagogia *queer* talvez seja arriscada, pois nos faz pensar.

O terceiro capítulo é chamado de "Estranhar o currículo", no qual Louro inicia contando um pouco sobre o motivo dela ter se desviado da trajetória acadêmica de História. Sendo a sua justificativa que, quando relacionado a questões de gênero, sempre escutou os educadores e educadoras, ouviu suas críticas, questionamentos e comentários, explicando que havia interesse desses em escutá-la, mesmo que com algumas resistências. Por outro lado, quando o debate era sobre as questões de sexualidade, especificamente, sobre a homessexualidade, a escuta não era a mesma, havia um limite, mas existiam questionamentos, só que de uma forma pensando no "corrigir" esse "problema" e na sua "causa". Em razão disso, Louro decidiu, por identificação, iniciar seus estudos sobre a sexualidade.

Logo após essas primeiras palavras, Louro reflete sobre em que contexto as produções dos teóricos *queer* se fazem, explicitando que, por ser contemporâneo é pós-moderno, mas também pós-estruturalista, visto que, os "rotulados" como *queer*, utilizam teóricos como Derrida, Foucault e Lacan. Ou

seja, teóricos que contrapõem-se às ditas regras padronizadoras que afetam negativamente a humanidade.

A autora acrescenta que também pode se considerar (a *queer*) uma teoria e uma política pós-identitária, pois "[...] o foco sai das identidades para a cultura, para as estruturas linguísticas e discursivas e para seus contextos institucionais." (LOURO, 2020, p. 55). Sendo assim, o conhecimento cultural ganha espaço para debate, visto que, educadores e educadoras são provocados por um conhecer e pensar diferente do habitual.

Em seguida, a autora retoma o que seria tornar um currículo *queer* fazendo uma breve explicação do termo, novamente, mas de outro modo. Louro, a partir de TamsinSpargo (2017), afirma que em todos os casos, em inglês, o termo *queer* tem o significado de oposição ao "normal", bem como seria uma expressão pejorativa do que homens e mulheres homossexuais e transexuais são chamados, como por exemplo de "bicha". Em português tem o sentido de estranho, esquisito, ridículo, dentre outros.

Nesse sentido, Louro sugere colocar a palavra estranho como verbo, o qual ficaria "estranhar". Então, a autora inicia um pensamento sobre o significado desse termo no Rio Grande do Sul, o qual faria sentido na expressão " [...] estranhar o currículo" (LOURO, 2020, p. 59), tendo como significado " [..] seria um movimento de desconfiar do currículo (tal como ele se apresenta), tratá-lo de modo não usual; seria um movimento no sentido de desconcertar ou transtornar o currículo" (LOURO, 2020, p.59). Sendo assim, refere-se de fato ao que a Teoria Q*ueer* propõe para um currículo, seria enfrentar o que já está formulado, sobre o modo como se dá o conhecimento. Nessa perspectiva, o termo minoria seria "ocupado" por sujeitos que "não se enquadram na norma", sendo assim, suas necessidades ficam à margem do currículo, visto que a educação acaba sendo voltada para as maiorias. Por outro lado, esses termos são imprescindíveis para limitar um currículo.

Finalizando o capítulo, Louro debate que não há espaço para a multiplicidade (de sexualidade e de gênero) no currículo, em contrapartida seria um fator importante no que diz respeito à uma educação encantadora.

"Marcas do corpo, marcas de poder" é o título do quarto capítulo do livro, iniciado por uma breve explicação de que, atualmente e antigamente, o corpo determina o lugar social do sujeito, visto que isso acaba sendo classificado

conforme a “norma”. Nesse sentido, se constituem, ou não “ [...] *marcas* de raça, de gênero, de etnia, até mesmo de classe e de nacionalidade” (LOURO, 2020, p. 70, grifo nosso), e acabam por distinguir os sujeitos, classificando como marcas de poder.

A autora continua sua explicação, revelando um panorama histórico sobre o corpo, como ele influencia na definição de gênero e de sexualidade, o que acaba definindo o sujeito. Na continuidade textual, Louro reflete sobre a sequência sexo-gênero-sexualidade, a qual inicia com a indicação de um sexo, determinado por características biológicas. Consequentemente, se estabeleceum gênero, esse predispõe à sexualidade, mas que de regra, seria obtido pelo desejo ao sexo oposto, reafirmando a lógica binária de macho e fêmea.

Nesse sentido, famílias, escolas, igrejas, leis, mídia ou médicos realizam investimentos para garantir a norma de gênero e de sexualidade. Sendo assim, essas normas obrigam aos corpos um limite de “ [...] sanidade, legitimidade, moralidade e coerência” (LOURO, 2020, p. 76). Por esse motivo, os que não respeitam o limite, ou seja, os sujeitos que rompem o limite, acabam sendo considerados ilegítimos, imorais ou patológicos. Logo, pode se entender que “ [...] é no corpo e através do corpo que os processos de afirmação ou transgressão das normas regulatórias se realizam e se expressam” (LOURO, 2020, p. 76), dessa forma “ [...] os corpos são marcados social, simbólica e materialmente – pelo próprio sujeito e pelos outros” (LOURO, 2020, p. 76 e 77). Essa marca se dá por meio de matérias simbólicas ou físicas, o que acabam por fazer o sujeito ser “ [...] aprovado, tolerado ou rejeitado” (LOURO, 2020, p. 77).

Em seguida, Louro descreve um estudo de Anna Paula Vencato acerca das *dragqueens* de Santa Catarina, para exemplificar o que ela refletiu anteriormente sobre as marcas do corpo. Sendo assim, a *drag*f abrica seu corpo com traços identificados como do feminino, o qual, Louro compreende ser uma “ [...] paródia de gênero: ela imita e exagera, se aproxima, legitima e, ao mesmo tempo, subverte o sujeito que copia” (LOURO, 2020, p. 79). Desse modo, as *drags* evidenciam que as circunstâncias culturais induzem a nossa apresentação, até mesmo porque nomeamos alguém a partir de marcas de uma cultura. O que a autora propõe é que devemos reiterar e refazer as normas regulatórias de gênero e sexualidade, visto que funcionam por meio de de redes

de poder.

Em “Foucault e os estudos queer”, título do quinto capítulo do livro, a autora retoma o conceito de *queer* brevemente. Tendo em vista que o termo pode significar também as expressões pejorativas como “bicha” e “sapatão”, Louro acrescenta que militantes e estudiosos *queer* reverteram esses insultos para um processo positivo, “ [...] eles e elas reiteraram sua disposição de viver a diferença ou viver na diferença” (LOURO, 2020, p. 83). Sendo assim, a autora revela que *queer* vai além do que direcionar o termo à gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros, mas também se torna um termo político e teórico.

Nessa perspectiva, Louro indaga sobre o motivo de Foucault estar ligado à Teoria *Queer*. A autora explica que o filósofo não tinha a finalidade de formular uma teoria, mas, segundo Louro “ [...] o queer está enredado com o pensamento de Michel Foucault” (2020, p. 84), pois há uma ligação entre o modo de como o *queer* tem sobre o pensar e o ser com os princípios de Foucault. A ligação entre esses aspectos fica clara quando a autora revela que Foucault também questiona os “ [...] binarismos de toda ordem” (LOURO, 2020, p. 86). Bem como, nas formulações do filósofo sobre resistência, visto que a perspectiva *queer* “ [...] admite que a subversão é feita a partir da norma, ocorre no próprio interior da norma” (LOURO, 2020, p. 91). Em suma, é característica dos estudos *queer* enfrentar à norma reguladora.

Finalizando o capítulo, Louro explicita que, atualmente, há novos questionamentos sobre sexualidade, inclusive, o porquê do desvio da heterossexualidade, bem como a carência de “ [...] examinar os discursos que fizeram com que essa [sexualidade] se constituísse numa verdade única e universal” (LOURO, 2020, p. 92). Desse modo, Louro incentiva outros estudos a entenderem o que levou as outras sexualidades serem designadas de ilegítimas, não-naturais e inaceitáveis.

Finalizando o livro, seu último capítulo tem o título de “O estranhamento queer”, no qual a autora reflete sobre como o termo *queer* não está somente ligado à sexualidade, inclusive, ela aborda que “ [...] num primeiro momento, o termo funcionou como uma espécie de expressão guarda-chuva que servia para acomodar todos os desviantes da sexualidade ‘normal’ [...]” (LOURO, 2020, p. 96). Nesse sentido, nesse capítulo, Louro evidencia que o *queer* é mais do que uma teoria, é também uma forma de ser, pensar e viver, são sujeitos que se

colocam contra à norma, a qual não sabemos identificar de onde vem. Em seguida, a autora propõe questionar outros binarismos e encontrar a pluralidade das verdades, assim nos depararíamos com a descontinuidade e a incoerência, aspectos que podem nos fazer ir além do nosso próprio pensamento habitual, o qual significa estranhar a norma.

Por fim, tomo as palavras de Louro, como guias teórico-conceituais, salientando o seguinte excerto,

> Tal como os sujeitos de que fala, a teoria queer é, ao mesmo tempo, perturbadora, estranha e fascinante. Por tudo isso, ela parece arriscada. E talvez seja mesmo..., mas, seguramente, ela também faz pensar. (LOURO, 2020, p. 49)

No capítulo seguinte, intitulado “Do estado do conhecimento” irei apresentar alguns estudos que contribuíram para uma melhor compreensão dessa pesquisa.

3 DO ESTADO DO CONHECIMENTO

A partir do tema “a relação escola-estudante de um discente transgênero” saliento aqui alguns estudos, publicados na última década, e que também foram importantes para a construção desta pesquisa, já que demonstram linhas críticas de pensamento acerca das temáticas Gênero e Sexualidade.

O artigo “Adolescentes e Homossexualidade: representações sociais e identidade social” dos autores Martins, Silva et al (2012) traz duas perspectivas teóricas da Psicologia Social, a primeira é a Teoria da Identidade Social – TIS – de Henry Tajfel (1982) e a segunda é a Teoria das Representações Sociais – TRS – de Serge Moscovici (1961), as quais os autores consideram ser importantes para a uma “[...] melhor compreensão do fenômeno da homofobia” (MARTINS ; SILVA et al., 2012, p. 476).

Os autores partem do pressuposto de que antes de existir o binarismo homem e mulher existia somente um sexo, o masculino, e a mulher era considerada “[...] um homem invertido e inferior” (MARTINS ; SILVA et al., 2012, p.477). O nome desse movimento era *one-sex-model*. Após teóricos observarem uma suposta inferioridade político, jurídico e moral da mulher, nasceu a teoria da diferença sexual *two-sex-model*, na qual, diferente da anterior, a mulher “[...] passa a ser considerada o inverso complementar do homem. ” (MARTINS ; SILVA et al., 2012, p. 477) e o homossexual uma doença.

O estudo em questão se deu com adolescentes de uma escola pública e de uma privada, tendo em vista que é o público em processo de formação de identidade, teve como objetivo “[...] identificar como a população adolescente, subdivida em dois grupos sociais distintos, concebe a homossexualidade no próprio contexto social. ” (MARTINS ; SILVA et al., 2012, p. 476).

O método utilizado no estudo foi de natureza qualitativa, participando “[...] 283 alunos dos últimos anos do ensino fundamental da região metropolitana de um estado da Região Sudeste ” (MARTINS ; SILVA et al., 2012, p. 483). A análise foi realizada com o software Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmentos de Texto – Alceste, e com a estatística Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que se divide em classes sem que as palavras se sobreponham. Nesse sentido, a análise das respostas dos alunos da escola pública e da privada foi feita separadamente, pois se levou em conta a diferença

de vocabulário.

Com relação aos resultados da pesquisa, vale destacar alguns pontos: a) os alunos da escola privada, consideraram, de modo geral, como sendo homossexual a pessoa que se sente atraída por outra do mesmo sexo, acreditando que essa "opção"[5] deva ser respeitada, mesmo que sendo um desvio; b) o homem que se comporta como mulher é o sujeito homossexual ou seriam homossexuais, homens, que possuem vontade de se transformar em mulheres.

Nesse sentido, as análises pelo programa não indicaram uma classe com a causa para homossexualidade. Porém, algumas causas foram citadas, são elas "[...] aspectos biológicos, doença, pecado, escolha pessoal, curiosidade, insatisfação pessoal e socialização" (MARTINS ; SILVA et al., 2012, p. 486).

Já os adolescentes da escola pública informaram que, a) "[...] o homossexual é uma pessoa que escolheu gostar de outra pessoa do mesmo sexo ou que a homossexualidade é inata, isso é, a pessoa nasce homossexual" (MARTINS ; SILVA et al., 2012, p. 487); b) a homossexualidade para alguns é normal e deve ser respeitada; para outros é inadequada, falta de temor a Deus. Destaca-se o que um dos participantes revela sobre a homossexualidade ser "[...] uma palhaçada, uma pouca-vergonha" (MARTINS ; SILVA et al., 2012, p. 487).

Por fim, os autores constataram que apesar de terem observado certo entendimento "[...] da homossexualidade como uma forma de existência, inclusive com a expressão da necessidade de respeito à 'opção sexual' das pessoas, entretanto, esse pensamento representa ainda minoria". (MARTINS ; SILVA et al., 2012, p. 488).

No artigo intitulado "Gênero e Sexualidade nas práticas educativas" das autoras Balestrin e Soares (2015), buscou-se traçar um panorama histórico e legal de como questões de gênero e sexualidade começaram a ser abordadas no ambiente escolar. Um ponto importante citado pelas autoras é de que

---

[5] Expressão utilizada pelo autor, por isso está entre aspas, levando em conta que não condiz com o termo correto: orientação sexual. Não se utiliza mais opção sexual pois o termo "[...] provém do fato de que ninguém "opta", conscientemente, por sua orientação sexual. Assim como o heterossexual não escolheu essa maneira de desejo, o homossexual (tanto feminino quanto masculino) também não. " (MAGNUS, 2020).

> Além da legislação vigente, é preciso que cada escola garanta, em seus projetos político-pedagógicos (PPP), a construção de espaços de discussão e de ações pedagógicas comprometidas com o tema da diversidade de gênero e de sexualidade. (BALESTRIN; SOARES, 2015, p. 49).

As autoras, a partir das "Pedagogias Culturais", ponderaram que a educação não se limita apenas à escola, mas também a tudo que está à nossa volta, todos os artefatos culturais, como filmes, novelas, músicas, propagandas, entre outros. Esses locais produzem significados e "[...] são processos constituídos de práticas sociais, ao mesmo tempo em que organizam e regulam ideias e concepções sobre as ações possíveis e legítimas" (BALESTRIN; SOARES, 2015, p. 50). Para elas, cabe à escola não ignorar os efeitos midiáticos na vida dos alunos e o poder que se organiza e exercita neles, bem como, compreender o seu papel nessa trama, visto que, perpetua papéis que deveria questionar, quando ensina, " [...] de diferentes modos, como meninas e meninos 'devem' se comportar" (BALESTRIN; SOARES, 2015, p. 54).

Nesse sentido, as autoras reivindicam formação docente específica sobre Genero e Sexualidade como ação potente de transgressão à lógica heteronormativa que conduz as práticas escolares, garantindo que um "[...] olhar atento pode impedir que inúmeras formas de opressão e discriminação se mantenham na sociedade e nas escolas" (BALESTRIN; SOARES, 2015, p. 58).

No artigo denominado "LGBTfobia no ambiente escolar: desafios da prática docente, o autor, a partir de conceitos como o heteronormalidade[6], que exclui e reprime outras sexualidades, entendidas como doenças e algo imoral, e de escola enquanto "aparelho ideológico", de Althusser (1970), que "[...] populariza suas ideias oriundas de uma classe dominante, reprime mesmo que de forma implícita ideias contrárias, dissimulando métodos 'educativos' excludentes" (CALIXTO, 2016), debatem a LGBTfobia numa escola.

No estudo em questão foram ouvidos dois professores e três ex-alunos homossexuais, sendo que a falta de preparo para trabalhar com a temática foi apontada por uma das professoras como sendo o principal motivo de ela não incluir o conteúdo em suas aulas. Já a inviabilidade nos bancos escolares, foi

---

[6] Expressão utilizado pelos autores no artigo, mas que possui o mesmo significado que heteronormatividade.

apontada como o motivo pelo qual os estudantes não se sentiam acolhidos nas salas de aulas, nem pela maioria dos colegas, nem pela maioria dos professores.

Para o autor, é preciso que a escola seja um espaço saudável a todos, não sendo possível que o argumento do despreparo sirva para ignorar as diferenças que adentram nos seus portões.

Ainda sobre LGBTfobia na escola, saliento outro artigo - voltado para a gestão escolar - intitulado "LGBTfobia na escola: implicações da gestão escolar", que teve como " [...] objetivo apresentar quais as implicações da gestão escolar diante dos processos de LGBTfobia na escola" (SANTOS; LAGE, 2018, p. 98). O estudo utilizou a expressão LGBTfobia, pois os autores entendem que "[...] a expressão 'homofobia' é insuficiente para representar os processos de violências e violações [...]" "[...] que acometem a população LGBT e/ou qualquer indivíduo/a que não atenda as expectativas da norma padrão heterossexual." (SANTOS; LAGE, 2018, p. 99).

Os autores, a partir dos estudos de Louro (2009 *apud* SANTOS; LAGE, 2018, p.101) refletem sobre como a escola reproduz os padrões sociais que influenciam corpos e identidades, e, assim, acaba reproduzindo a heteronormatividade. Nesse sentindo, " [...] aqueles/as que não atendem aos padrões de gênero e sexualidade ou os/as que provocam uma descontinuidade no padrão sexo-gênero-sexualidade passam a ocupar um lugar de rejeição, invisibilização e violação no ambiente escolar" (SANTOS; LAGE, 2018, p. 101).

O artigo ressalta, ainda, uma grande dificuldade que as escolas têm em entender a diferença existente entre orientação/identidade sexual e identidade de gênero[7]. Um exemplo é de que ainda muitos estudantes travestis e transexuais têm a solicitação de utilizar o banheiro correspondente ao seu gênero negada, "[...] sob a justificativa que o/a estudante não passa de um gay feminizado ou de uma lésbica masculinizada" (SANTOS; LAGE, 2018, p. 103).

Outro ponto válido de reflexão que o estudo propõe é o de que as escolas, sobretudo a gestão escolar, deve reconhecer que, muitas vezes, o ambiente escolar produz e reproduz a LGBTfobia. Por esse motivo, é preciso que a gestão

---

[7] Para esclarecer: identidade de gênero "É a maneira que o indivíduo se entende como um ser social. Identidade sexual: é o conjunto de características sexuais que diferenciam cada indivíduo dos demais e que se expressam por meio da orientação sexual, sentimentos ou atitudes em relação ao sexo. É como a pessoa se percebe sexualmente e vive sua sexualidade. " (MAGNUS,2020).

escolar não se limite apenas a parte administrativa, mas também proporcione "[...] condições ideais para o acesso e permanência, na escola, de todos os grupos sociais" respeitando "[...] as diferenças de todos/as os/as seus/as alunos/as" e atue "[...] para coibir casos de violências e segregações" (SANTOS; LAGE, 2018, p. 106).

A importância desses artigos para esta pesquisa deu-se em vista da proximidade do tema, já que todos tratam de sexualidade e, principalmente, de gênero no ambiente escolar. Mesmo que o foco deste novo estudo não seja a formação docente, vale enfatizar o quanto essa questão foi apontada pelos autores dos artigos como crucial para avanços no acolhimento escolar dos estudantes LGBTI+.

O capítulo seguinte tem o objetivo de explicar conceitos utilizados nessa pesquisa para um melhor entendimento do leitor.

4 REFINANDO CONCEITOS

O conceito de gênero, no Brasil, surgiu com estudos acadêmicos sobre a desigualdade feminina e masculina na década de 1980, a partir de ideias feministas. Porém, notou-se que existia mais de uma maneira de conceber o masculino e o feminino, por haver diferentes culturas, regiões, etc. E não somente pelo caráter biológico que é pelos órgãos reprodutores. Posto isso, gênero é a forma a qual construímos nossa identidade perante à sociedade, sendo

> Um dispositivo cultural constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino. É um operador que cria sentido para as diferenças percebidas em nossos corpos e articula pessoas, emoções, práticas e coisas dentro de uma estrutura de poder (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p. 10).

Já a identidade de gênero " É a maneira que o indivíduo se entende como um ser social" (MAGNUS, 2020), sendo construída por meio de duas formas mais conhecidas: cisgênero (cis) e transgênero (trans). Uma pessoa cis é aquela que se identifica com o padrão cultural de gênero designado para o seu sexo (macho ou fêmea), ou seja, uma pessoa que nasceu fêmea e foi designada mulher e se identifica como mulher, **será uma mulher cis**. Em contrapartida, a pessoa que nasceu com sexo macho, foi designada como homem e se identifica como mulher, **será uma mulher trans**, pois ela não se identifica com o gênero de nascença.

Dentre os transgêneros existem os(as) transexuais e travestis. Sendo as transexuais pessoas as quais não se identificam com o gênero designado ao nascer, assim utilizam, ou não, meios, como a cirurgia de redesignação de sexo e tratamentos hormonais, para se aproximar do gênero o qual se identificam. Travestis são pessoas que nascem "[...] do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. " (MAGNUS, 2020).

Uma pessoa trans pode ser binária ou não-binária. Ou seja, não-binário é o indivíduo que não se identifica nem como homem, nem como mulher, como por exemplo pessoas de gênero fluído, neutro, ambíguo, etc. Além de que, existem diversos outros gêneros, que serão citados mais à frente.

De outro modo, a sexualidade é o conceito utilizado para classificar as nossas ~~escolhas~~

> [...] elaborações culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto, até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade. (MAGNUS, 2020)

Sendo assim, pelo mesmo gênero: homossexuais; pelo gênero oposto: heterossexuais; por qualquer representação de gênero: pansexual; não sente atração por nenhuma pessoa: assexual. O mais importante, é lembrar de que não precisamos ficar perguntando a sexualidade de qualquer pessoa. Se caso você quiser ou precisar, seja discreto e não ofensivo, muito menos faça julgamentos.

Há também outro conceito diferente: sexo. Este, refere-se ao sexo biológico, ou seja, aquele que é designado a partir dos órgão reprodutores, podendo ser macho, fêmea ou intersexo[8]. Lembrando que sexo não define as identidades sexuais e de gênero.

Destaca-se que quando uma mulher transexual se relaciona com um homem cisgênero ou transgênero, ela será considerada heterossexual. Lembrando que devemos levar em consideração sempre como a pessoa se identifica. Um indivíduo pode ser, portanto, transexual, negro, gaúcho, rico, gordo, etc., pois “somos sujeitos de muitas identidades” (LOURO, 2000, documento digital sem página).

O fato é que nem o gênero e nem a sexualidade se definem inesperadamente, essas identidades são **construídas** e **passíveis de mudança**, e podem até ser consideradas contraditórias, tendo em vista que o indivíduo pode mudá-las com o tempo, pois são “[..] também, provisoriamente atraentes e, depois, nos parecerem descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas” (LOURO, 2000, documento eletrônico não paginado). Daí que, valorizar o humano sem enquadrar o corpo em algum padrão é mais do que necessário para que todos possam ter direito à dignidade social. Nesse sentido, a figura abaixo merece destaque:

---

[8]Antigamente essas pessoas eram chamadas de hermafroditas.

Figura número I – Boneco do Gênero

Fonte: Rede social Prefeitura de Macapá, 2020.

Com relação à expressão de gênero, percebe-se que, em nossa sociedade, quando um bebê nasce com uma vagina é considerado de sexo fêmea e designam o gênero mulher. A grande maioria dos pais já coloca um brinco no hospital. Isso é uma das características que performam a feminilidade. Por outro lado, o bebê que nasce com um pênis é considerado de sexo macho e designam o gênero homem. Logo, esse bebê não pode colocar brinco, seu cabelo não pode crescer muito e usar laços, entre outras coisas. Assim, performa-se a masculinidade. Essas características, que foram construídas socialmente e culturalmente, definem cada gênero com "normas regulatórias", como afirma Louro (2020) a partir dos estudos de Judith Butler. Essas normas possuem um caráter performativo, visto que "[..] precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para que tal materialização se concretize" a partir da "[...] ótica heterossexual [...]" (LOURO, 2020, p. 40).

O binarismo homem/mulher é muito presente, tanto é que não há muito espaço para debate sobre outros gêneros. Nesse sentido, a sociedade opera em uma lógica heteronormativa, ou seja, é "[...] uma norma que opera na direção de uma 'heterossexualidade compulsória'. Essa norma faz crer que a

heterossexualidade é a forma mais natural, normal e saudável de viver a sexualidade" (BALESTRIN; SOARES, 2015, p. 56).

Para essa heteronormatividade ser enfrentada em vista da violência que produz, precisamos entender que há outras sexualidades e outros gêneros, além do binário homem/mulher. De acordo com um estudo desenvolvido em Nova York (2015)[9] foram descobertos 31 tipos de gêneros. Ou seja, ainda há muitos gêneros que desconhecemos, a saber: Agênero, andrógeno, gênero de fronteira, gênero fluido, gênero neutro, *gender-queer*, gênero em dúvida, gênero variante, hijra, gênero não conformista, butch, bigênero, não-binário, male tofemale (MTF), femaleto male (FTM) e terceiro sexo.

Também é importante destacar, novamente, o significado de cada letra da sigla utilizada nesse estudo: LGBTI+. L: lésbicas; G: gays; B: bissexuais; T: transgêneros, travestis e transexuais; I: intersexo; +: todas as outras identidades de gênero e sexual. Utilizo essa sigla tendo em vista do contexto brasileiro de luta das pessoas trans, a partir de uma publicação do Instagram da Associação Nacional de Travestis e transexuais (jun. 2021).

A comunidade LGBTI+ já faz parte de uma minoria social e acaba sofrendo preconceitos, desigualdades sociais, e sofrem com a invisibilidade, entre outras situações. Algumas letras ainda são muito invisíveis do que outras perante a sociedade, como mostra a charge de Matheus Ribs.

[9] Citado em um Folder do Conselho Regional de Psicologia do estado de Minas Gerais.

Figura número II – Visibilidade da sigla LGBT

Fonte: Rede social Matheus Ribs, 2019.

A charge demonstra que na sigla a letra L (lésbicas) tem pouca representatividade e é fetichizada; a letra G (*gays)* é a que mais apresenta visibilidade, tanto que alguns eventos preferem incluir essa palavra para resumir movimentos, como a “Parada Gay”; a letra B (bissexual) marcada os indivíduos indecisos e confusos; e a letra T (transgêneros) representa os que mais sofrem de violência social, física e psíquica.

No próximo capítulo será apresentado o Marco Legal do estudo, trazendo as principais legislações a cerca da temática e da educação.

5 MARCO LEGAL

Entre as coisas que as pessoas mais almejam na vida, com certeza está a igualdade e o respeito, mas como garantir isso? Bem, as sociedades têm produzido muitas leis e têm apostado no poder da educação com vistas a melhoria das relações humanas. No Brasil, o último documento de referência educacional é a Base Nacional Curricular Comum (BNCC); nela essa demanda está assim apresentada,

> [...] educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, a BNCC reafirma aquilo que outros documentos derivados da Constituição Cidadã, de 1988, já postularam, entre os objetivos fundamentais na lei maior do país, o Art. 3º, inciso IV, preconiza, "[...] promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (BRASIL, 1988). Sendo assim, praticar qualquer ato de preconceito contra pessoas LGBTI+ atenta contra a lei máxima do país. Destaca-se que no dia 13 de junho de 2019, com a aprovação do Supremo Tribunal Federal (STF), a homofobia e a transfobia[10] foram enquadradas na Lei do Racismo (Nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu art. 53, esclarece que "a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1990, p. 43) sendo que a escola deve assegurar-lhes a "[...] I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores [...]" (BRASIL, 1990, p. 43). Esse artigo evidencia que nenhum estudante deve sofrer qualquer tipo de discriminação, independentemente de sua cor, classe social, gênero, sexualidade, entre outros.

Além disso, também é notório o quanto os educadores possuem um papel importante na permanência do aluno na escola a partir da perspectiva do

---

[10] "Palavra criada para representar a rejeição e/ou aversão às transexuais. A expressão está mais relacionada às ações políticas diferenciadas do movimento LGBTQI+." (MAGNUS, 2020)

respeito, tendo em vista que todos os alunos querem se sentir respeitados e seguros, conforme o Art. 15º do ECA,

> A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis (BRASIL, 1990, p. 21).

Desse modo, se faz necessário que educadores, e, consequentemente, alunos/colegas, tenham e demonstrem total respeito a todos, sem preconceitos.

A partir do momento em que um educador falta com respeito a um aluno, ele comete um crime, o qual consta punição prevista no Art. 232º do ECA: "submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento: Pena - detenção de seis meses a dois anos" (BRASIL, 1990, p. 111).

Outra lei que norteia a edução brasileira é a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), a qual não se refere diretamente à questão de gênero e sexualidade, porém, em seus princípios, pode-se notar algumas questões que fazem ligação. Como no primeiro, o qual preconiza a "[...] - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; " (BRASIL, 1996), ou seja, não pode ser negado o acesso e a permanência na escola para nenhum indivíduo, no caso desse estudo seja ele cisgênero ou transgênero.

Bem como, o princípio III evidencia que deve haver um "[...] pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; " (BRASIL, 1996), assim não há espaço para a disseminação de preconceitos na escola.

Outra lei que está relacionada ao tema deste estudo, é a Lei Nº 13.185 de 06 de novembro de 2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, mais conhecido como *bullying*. Essa lei fundamenta "as ações do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como de outros órgãos, aos quais a matéria diz respeito" (BRASIL, 2015).

No primeiro parágrafo do Art. 1º a lei preconiza que *bullying* é

> [...] todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (BRASIL, 2015).

Levando em consideração que muitos estudantes transgêneros (sujeito

desse estudo) sofrem com essa prática desumana, é necessário que a escola apresente medidas que não permitam o *bullying*, como, por exemplo, eventos e palestras demonstrando a importância de se falar sobre o assunto para prevenir e não apenas remediar a violência (não)verbal no espaço escolar. Essa proposição de reflexões preventivas ao *bullying* está prevista no art. 4º da Lei 13.185, a saber: "II - capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema" (BRASIL, 2015).

Infelizmente, a sociedade ainda carrega a ideia de que os nomes "de batismo" possuem gênero, por esse motivo, acabamos caindo no binarismo constantemente. Sendo assim, levando em consideração o conceito de transgênero, já citado neste estudo, entendo que a pessoa não se identifica com o nome designado em seu nascimento. O movimento LGBTI+, lutou por muitos anos para que pessoas trans pudessem ser reconhecidas e chamadas por nomes escolhidos por elas mesmas. O Parecer de nº 739/2009 do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CED) foi uma resposta positiva à essa demanda, conforme o texto,

> [...] a negação ao uso do nome social tem contribuído para o afastamento destes grupos do ambiente escolar e que a adoção do dito nome social de travestis e transexuais nos registros contribuirá para a inclusão dos mesmos no processo educativo (RIO GRANDE DO SUL, 2009).

Além disso, o Parecer aconselhou as escolas do Sistema Estadual de Ensino a adotarem o nome social escolhido pelos alunos transexuais e travestis. Esse aconselhamento virou autorização no ano de 2011, no estado pioneiro, o Rio Grande do Sul, com o Decreto de Nº 48.118, de 27 de junho de 2011, que

> Dispõe sobre o tratamento nominal, inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Estadual e dá providências (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Em seu art. 6º vale destacar que,

> As escolas da rede de ensino público estadual ficam autorizadas a incluir o nome social de travestis e transexuais nos registros escolares para garantir o acesso, a permanência e o êxito desses cidadãos no processo de escolarização e de aprendizagem (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Nesse sentido, os docentes devem chamar os discentes pelo nome que se identificam socialmente, sem causar qualquer situação vexaminosa. É direito do estudante ser chamado pelo nome social.

Outra conquista da comunidade transgênero veio com o Decreto de Nº 49.122, do dia 17 de maio de 2012, o qual instituiu “a Carteira de Nome Social para Travestis e Transexuais no Estado do Rio Grande do Sul” (RIO GRANDE DO SUL, 2012). O decreto prevê um modelo único para a carteira:

Figura número III – Frente carteira social

Fonte: Rio Grande do Sul (2012).

Figura número 5 – Frente carteira social

Fonte: Rio Grande do Sul, 2012.

Após essa conquista em âmbito estadual, em 28 de abril de 2016, com o Decreto de nº 8.727, o nome social passou a ser válido em instituições federais, ou seja, também em escolas da Rede Federal de Ensino.Segundo o inciso I do Art. 1º nesse Decreto, nome social é a "[...] designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida" (BRASIL, 2016). Na mesma linha, o Art. 3º cita que qualquer entidade de administração pública federal direta, autárquica e fundacional deve "[...] conter o campo 'nome social' em destaque, acompanhado do nome civil, que será utilizado apenas para fins administrativos internos" (BRASIL, 2016).

Outra conquista para a comunidade transgênero, mais especificamente para transexuais e travestis, foi a Portaria de Nº 1.707, de 18 de agosto de 2008, a qual "institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão" (BRASIL, 2008). Essa Portaria foi revogada pela de Nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, a qual "redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS)" (BRASIL, 2013). Saliento a sua importância, pois, até então, a cirurgia de

redesignação sexual só era permitida a mulheres transgêneros.

Ressalta-se, também, às Resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM) que dizem respeito aos(às) transexuais e travestis, inicialmente, a Resolução de Nº 1.492/97, revogada e ampliada pela Resolução de Nº 1.652/02, também revogada pela Resolução de nº 1.955/10, e revogada, mais uma vez, pela Resolução de Nº 2.265/19, em vista de necessidades de aperfeiçoamento. Segundo o CFM nas primeiras resoluções constava que todos os procedimentos de redesignação sexual[11] são de caráter experimentais, sendo que somente a neofaloplastia pode apresentar "[..] limitações funcionais do órgão construído cirurgicamente [...]" (CFM, 2019). Daí que o CFM fez o questionamento: "[..] por que procedimentos cirúrgicos reconhecidos e usuais não recebem o rótulo de experimentais? " (CFM, 2019).

Tendo em vista essa decisão, na última Resolução, de 2019, somente a neofaloplastia permaneceu como de caráter experimental, além de que, para procedimentos cirúrgicos, a idade mínima baixou para 18 anos, e a partir dos 16 anos podem ser realizados tratamentos hormonais.

Também é válido destacar os itens que foram levados em conta para a formulação das Resoluções do CFM. Nas primeiras versões foi considerado que o transexual seria "[..] portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e/ou autoextermínio;" (CFM, 1997; 2002; 2010). Diferentemente, consta na Resolução de Nº 2.265/19, que "[...] incongruência de gênero ou transgênero a não paridade entre a identidade de gênero e o sexo ao nascimento" (CFM, 2019).

A explicação para que os documentos antigos tratem a transexualidade como disforia tem como base o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM)[12]. A mudança de nomenclaturas se deu a partir de da Resolução nº. 01, de 29 de janeiro de 2018, do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que "estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis" (CFP, 2018). Em seu art. 7º preconiza que

---

[11] Neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais, etc.

[12] Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, em português: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

“as psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização das pessoas transexuais e travestis” (CFP, 2018), levando em consideração os princípios éticos da profissão e para não contribuir com a transfobia e o preconceito com pessoas transexuais e travestis.

É importante destacar que somente em 17 de maio de 1990 é que a Organização Mundial de Saúde (OMS) exclui a homessexualidade das doenças mentais, sendo ratificada em 1992. Uma grande conquista para a comunidade LGBTI+.

No país que mais mata pessoas transexuais e travestis no mundo (ANTRA, 2021), as leis que favorecem essa comunidade requerem de difusão. Torna-se indispensável que a escola, os meios de comunicação, as políticas públicas se encarrguem dessa demanda de garantir que as conquistas da Comunidade LGBTI+ não sejam negligenciada.

No capítulo seguinte irei apresentar a metodologia da presente pesquisa.

6 METODOLOGIA

A partir do título "**Marcas escolares em um estudante transgênero**" e do tema "**A relação escola-estudante de um discente transgênero"**realizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, visto que os números não são o fator principal deste estudo, mas, sim, as especificidades de um determinado objeto. Nesse sentido, a abordagem definida volta o seu olhar para os "aspectos da realidade que não podem ser quantificados" (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

A partir do tema e o objetivo principal desta pesquisa, a pesquisa biográfica se fez necessária enquanto o procedimento principal deste estudo, tendo em vista que

> O objeto da pesquisa biográfica é explorar os processos de gênese e de devir dos indivíduos no seio do espaço social, de mostrar como eles dão forma a suas experiências, como fazem significar as situações e os acontecimentos de sua existência. (MOMBERGER, 2012, p. 524).

Nesse sentido, pesquisas biográficas são caracterizadas por demonstrar a singularidade dos indivíduos baseado em suas experiências, que acabam sendo influenciadas pelo social, a partir das linguagens culturais e sociais.

Nessa perspectiva, o instrumento para coleta de informações para esta pesquisa foi uma entrevista narrativa e um questionário, ambos virtuais - em virtude da atual pandemia: COVID-19, com um discente transgênero, a fim de,

> [...] colher e ouvir, em sua singularidade, a fala de uma pessoa num momento x de sua existência e de sua experiência [...] apreender e compreender [...] a configuração singular dos fatos, de situações, de relacionamentos, de significações, de interpretações que cada um dá à sua própria existência e que funda o sentimento que tem de si próprio como ser singular. (MOMBERGER, 2012, p. 526).

O questionário, presente no Apêndice A, conteve perguntas simples e foi enviado via Google Forms, para que o discente pudesse descrever sua trajetória escolar, sendo essas respostas a base para a entrevista narrativa, realizada na Plataforma Google Meet (Apêndice B). Assim, o narratário não ultrapassa a fala do narrador, pois, segundo Momberger (2012, p. 528) "a questão do narratário só pode vir *depois*, seu questionamento só pode ser *ulterior*". Também, é a partir de uma questão gerativa que, segundo Sousa e Cabral (2015, p. 154), se

estimula uma narrativa inesperada e espontânea, a partir de questionamentos claros e específicos.

É importante enfatizar o quanto a narrativa é importante para promover uma reflexão sobre determinado assunto, no caso deste estudo é sobre a relação escola-estudante de um discente transgênero.

Antes de iniciar o processo de organização da coleta de dados, realizada em janeiro e maio de 2021,foi necessário entender determinados conceitos, sobre a temática das Questões de Gênero na Educação. Nesse sentido, estudos de Louro (2020) serviraram de base, acrescidos de outros teóricos e de documentos legais. Sendo que, o dados coletados foram analisados a partir dos eventos de *bulliyng* por questões de “transfobia” que possam ter levado à fragilização emocional e afetado o processo de aprendizagem do participante.

O participante tem 17 anos, completados em abril desse ano (2021), é de pertencente à uma família de “classe média”, de estrutura regular, que o aceita conforme a sua identificação. O participante possui apenas um irmão pequeno, de 8 anos. Seu nome de registro era Margot[13], e com 14 anos se descobriu Miguel[14].

[13] Nome fictício a pedido do participante.
[14] Nome fictício a pedido do participante.

7 ANÁLISE: O Miguel na escola

"Eu tenho muito medo de virar estatística" (Participante, mai. 2021), foi com essa frase que o entrevistado se despediu do encontro virtual em que narrou suas experiências escolares como estudante transgênero. Um medo explicável, visto que o Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo, pelo 13º[15] ano consecutivo.

Quando foi solicitado durante a entrevista que ele, Miguel, homem trans, falasse sobre eventos escolares em que sua identidade de gênero foi motivo de violência, o participante relatou muitas ocorrências. A primeira foi de um momento em que ele se colocou na fila de meninos, no ano de 2019, quando estava no 9º ano do Ensino Fundamental, e a professora se sentiu incomodada com isso. Miguel pediu para conversar com a diretora para relatar o ocorrido, mas esta colocou a culpa da situação nele, *"dizendo que aquilo era só um jeito da professora de ciências, que não tinha nada a ver, que ela só estava sendo engraçadinha, que ela estava querendo brincar"*.

A vivência relatada revela a falha da escola, tanto da docente quanto da diretora, no trato com o estudante trangênero que não quis permanecer na fila das meninas, lembrando que ao "[...] não combater preconceitos que geram discriminação e violência, a escola funciona como um lugar que reproduz desigualdades" (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p. 64).

Nessa situação, foi violado o Artigo 232º do ECA, sobre submeter a criança ou adolescente a uma situação vexaminosa, que se constitui crime, com punição de detenção de seis meses a dois anos. Bem como, se configura *bullying*, tendo em vista o Artigo 3º e inciso I da Lei de Combate ao *Bullying*, o qual preconiza que "a intimidação sistemática (***bullying***) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como: I - verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente; [...]" (BRASIL, 2015, grifo nosso).

A falta de confiança, o desapontamento com a escola,ficou evidente na fala do Miguel neste relato sobre o episódio transfóbico da fila,

> [...] eu esperava transfobia né, porque né, como notam as estatísticas estão aí, mas **eu nunca esperaria isso de um professor, jamais!** Eu esperaria isso de um aluno, de um babaca qualquer, mas de um

[15]Dado referente ao ano de 2020, (ANTRA, 2021)

> professor, que bah, é questão de ética respeitar o aluno. Eu achei isso muito deselegante e é uma falta de ética mesmo da professora que eu fiquei realmente em choque. Tipo, entrei em estado de, sabe quando a pessoa fica sem nem piscar, fica tipo, não consegue esboçar emoção.

Quando Miguel tentou resolver essa situação com a direção, os sentimentos dele tomaram proporções maiores. Ele afirmou ter se sentido humilhado, como se tudo que tivesse acontecido fosse culpa dele, só por, simplesmente, estar na fila de meninos, onde se sentia mais confortável.

Em suma, o que Miguel revelou, entre outras coisas, foi o desconhecimento legal da escola acerca de direitos legais do adolescente, de documentos que deveriam fazer parte da rotina do ambiente escolar como o ECA e a Lei Nº 13.185 de combate ao *Bulliyng*.

Em outro momento da entrevista perguntei ao Miguel se ele achava que ser transgênero interfere na aprendizagem, e ele me respondeu:

> Atrapalha um pouco, porque quando eu não era aceito, eu já não estava conseguindo e quando eu fui aceito, eu estava dando tipo, exclusividade demais e eu estava ganhando muito "holofote", e eles estavam tentando me proteger. E era o certo. Só que os outros alunos estavam me vendo como o queridinho dos professores, e eles estavam me enxergando como um rival e isso dificultou em que eu não fiz nenhum amigo, por causa da transexualidade.

Essa fala revelou a superproteção[16] que também pode reduzir o outro, pois não deixa de acenar para a retirada de autonomia.

Quando solicitei durante a entrevista que o participante relatasse um evento positivo acerca da escola, Miguel, contou que, em 2020, já no Ensino Médio, pouco antes do início do ensino remoto, *"eles deixaram eu usar o banheiro masculino. Talvez tivessem exagerado na preocupação, mas eu acho que fizeram certo* "[...] quem não entendeu a mensagem foram os alunos"

A fala do Miguel revelou a necessidade de a escola proporcionar a Educação em Direitos Humanos, conforme consta na legislação nacional, colocando em pauta assuntos como identidade de gênero e sexual, a fim de evitar situações como as de *bullying*.

Nesse sentido, vale acenar para um retrocesso na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) de 2017, segundo a Associação Brasileira de

---

[16]Tendo em vista, que essa superproteção mencionada por Miguel, ocorreu na escola de ensino médio.

Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), no dia 04 de abril quando a base foi divulgada para a imprensa os termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” constavam no documento. Mas, no dia 06 de abril, dia da sua publicação oficial, eles foram “[...] suprimidos nos trechos que exemplificam pluralidade, equidade, diversidade e formas de preconceito para com as diferenças” (ABGLT, 2017, s/p).

Miguel mencionou outra situação que o deixou "desconfortável": quando um professor “debochou” por ele ser uma menina e ter cabelo curto. O professor mostrou ser intolerante em frente aos colegas de Miguel.

Porém, algo extremamente preocupante do relato de Miguel ocorreu durante o Ensino Fundamental, quando ele tentou o suicídio. A partir desse momento a escolar passou a lhe tratar melhor. O entrevistado disse que

> É muita coisa aguentar transfobia, depressão, sem nenhum estímulo dentro de casa, porque em casa não tinha internet, então realmente eu estava pirando. Eu andei até não poder mais, até uma ponte onde eu quase me atirei de lá e eu fui internada. (PARTICIPANTE, mai. 2021)

O estigma dos rótulos esteve presente na entrevista com o Miguel, ele afirmou que gostaria de ser visto pela sua individualidade, e não como “Miguel o trans”, nas palavras do participante. “*Eu me sinto, tipo como se eu fosse posto numa caixinha. Sabe, tem a caixinha das meninas masculinas. Tem a caixinha dos trans. Tem a caixinha das lésbicas. Uma caixinha para cada um*” .Como já foi explicitado, a sociedade opera de uma forma binária homem/mulher, o que acaba por gerar masculinidades e feminilidades, sendo características para cada gênero. Tendo em vista essa situação, Miguel relatou que na sua infância já tinha comportamentos masculinos: em algumas formas de se expressar, brincadeiras, roupas, entre outros. Segundo ele, “*eu sempre gostei de ser a parte masculina, tipo, o pai, o irmão, essas coisas assim e que depois eu fui percebendo que aquilo ali me deixava confortável, porque era o que eu era*”

Porém, reitero que comportamentos não definem gênero, e não devem colaborar na construção de uma visão cisgênera/heteronormativa da sociedade. Não há como evitar, o gênero não está no sexo biológico, está naquilo que construímos socialmente e culturalmente, no que apresentamos. Uma das falas que mais me emocionou durante a entrevista, foi quando Miguel disse que,

> [...] eu escolhi um nome completamente diferente do meu registro, né.

> (Quebra de anonimato) e Miguel são bem diferentes, **porque eu queria mostrar que eu já era Miguel sempre**, não era como se eu tivesse, nossa, agora eu sou o tipo o… eles queriam que eu escolhesse um nome como (quebra de anonimato), só pra soar o contrário, como se eu tivesse mudado. **Eu não mudei, eu só me descobri**. É diferente. (Grifos nossos. PARTICIPANTE, mai. 2021)

Ficou evidente o quanto pessoas trans passam por diversas situações dolorosas até chegarem ao "finalmente, eu sou assim! " "Eu me descobri! ". E o quanto a escola não pode ser mais um ambiente que promove a exclusão dessas pessoas. Pelo contrário, "a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades. " (BNCC, 2017, p. 14).

Situações como essas vivenciadas pelo Miguel podem causar a evasão escolar, que segundo a CEDS/OAB, é de 82%[17], em média, em travestis e transexuais.

Sendo assim, seria necessário que além da inserção desse assunto no currículo escolar, formações continuadas para os profissionais da educação fossem priorizadas, tendo em vista que é um assunto atual, e muitos docentes/técnicos e gestores não possuem sequer um conhecimento prévio do assunto, muito menos dominam um vocabulário correto e inclusivo. Miguel ao ser questionado sobre o que a escola poderia fazer para que pessoas transgêneros não virem uma estatística, respondeu que

> A proteção dos professores e o conteúdo de identidade de gênero inserido nos alunos, porque não adianta os alunos me respeitarem e os professores, não. Ou os professores me respeitarem e os alunos, não. Aí tem as questões dos pais dos alunos também. (PARTICIPANTE, mai. 2021)

Uma das possibilidades é a representivivade docente, via a inserção dedocentes transgêneros no ambiente escolar, conforme a pesquisadora transgênero MarinaRidel (2019) defende, a partir de suas vivências, é preciso "[...] invadir as salas de aulas com narrativas de existência, de construção de identidade e de diálogos sobre valores" (REIDEL, 2013, p. 60).

Por fim, é de fundamental importância incentivar toda a comunidade escolar a denunciar qualquer tipo de *bullying*, de crime de racismo, de

---

[17]Dado citado no site do CPERS – Sindicato de Professores da rede estadual do Rio Grande do Sul (2019).

descumprimento do ECA, de negação do nome social, no entendimento de que a omissão é aceite e reiteração da violência.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentou uma narrativa biográfica de *bullying* por gênero, contada por um adolescente transgênero homem, ocorridas, principalmente, no Ensino Fundamental, e das consequências disso na aprendizagem e na vida fora da escola.

Durante a realização dessa pesquisa o que mais pode se notar e evidenciar foi o quanto o bullying de gênero impacta na vida de um aluno transgênero, a ponto de criar marcas que serão carregadas para a vida. A seguir um quadro explicativo com as principais marcas notadas durante a fala de Miguel.

Quadro 1 – As marcas escolares em Miguel

MARCA	FALA DE MIGUEL
O medo de virar estatística; Esperar de colegas situações de transfobia.	"*Eu me senti em choque! Tipo, eu esperava transfobia né, porque né, como notam as estatísticas estão aí, mas eu nunca esperaria isso de um professor, jamais! Eu esperaria isso de um aluno, de um babaca qualquer, mas de um professor, que bah, é questão de ética respeitar o aluno. Eu achei isso muito deselegante e é uma falta de ética mesmo da professora que eu fiquei realmente em choque. Tipo, entrei em estado de, sabe quando a pessoa fica sem nem piscar, fica tipo, não consegue esboçar emoção.*"
Sentimento de humilhação.	"*Eu me senti muito humilhado. Primeiramente, porque eu tava, parecia que eu estava sendo julgado por causa que eu fiz aquilo tudo, parecia que era culpa minha. (Inaudível) me senti em estado de choque depois.* "

Atrapalhar as situações.	"*Os meninos que estavam comigo, eles ficaram completamente apáticos. Eles acharam a situação como se fosse… eu senti também que eles estavam na vibe de que "eu estava atrapalhando, sabe? ". E tipo, o andamento da coisa, eles entrarem para a sala de aula.* "
Rótulos.	"*Eu era muito taxado do tipo, "Maria macho", "Lésbica", "Machorra" e até dentro de casa.* " "*Eu me sinto muito rotulado, como você disse. Eu me sinto, tipo como se eu fosse posto numa caixinha.* "
Transtornos mentais; Problemas na aprendizagem.	"*Eu acho que isso me forneceu distúrbios mentais, que me causaram uma certa dificuldade de tipo, no meio do quinto ano, quando eu sofri um abuso, que não vem ao caso, a partir dali, tipo, foi ladeira abaixo, as minhas notas só caíram, comecei a trocar números e operações. Eu comecei a tipo, esquecer de fazer as coisas, na prova às vezes, eu tinha questões muito fáceis da prova e eu esquecia de fazer, porque minha cabeça estava lá longe. Eu estava em estado (Inaudível), às vezes é muito difícil uma criança ou adolescente suportar tanta coisa sozinho.* "
Não ter vontade de ir para a escola.	"*Não. Era horrível, nem dava vontade de ir na aula, sabe.* "
Tentativa de suicídio; Depressão.	"*Eles só começaram a me tratar minimamente como gente depois que eu tentei suícidio. Porque né, é muita coisa aguentar transfobia, depressão, sem nenhum estímulo dentro de casa, porque em casa não tinha internet, então realmente eu estava pirando, eu andei*

	até não poder mais, até uma ponte onde eu quase me atirei de lá e eu fui internada. ”

Fonte: Autor, 2021.

Além disso, foi possível evidenciar a falta de conhecimento teórico e legal de profissionais da educação acerca das temáticas de Gênero e Sexualidade, principalmente quando Miguel pede para ser chamado pelo seu nome que consta na carteira social e os professores insistem em não realizar esse pedido. Bem como, foi identificado a falta de conscientização de que discriminação de estudantes por professores é crime e deve ser denunciado, se encaixando no Artigo 232 do ECA e na lei federal de Nº 13.185, a lei do bullying.

Outro aspecto a concluir foi que houve uma falta de seriedade da escola no tratamento de bullying por gênero, evidenciado na conversa entre Miguel e a diretora após a situação transfóbica da fila. Nesse sentido, também é possível notar que há um despreparo da escola para lidar com situações de bullying, o que, por muitas vezes, se tenta colocar a culpa em atitudes da vítima que não justificam em nada a situação ocorrida.

Essa pesquisa contribuiu imensamente para que eu pudesse entender o quanto nós, profissionais da educação, devemos nos comprometer em se atualizar, pois a sociedade está sempre em movimento e evoluindo. Por isso, é que se faz importante não tratar os assuntos, gênero e sexualidade, como um tabu, e sim, discuti-los com muito amor, empatia e, principalmente, respeito.

Desse modo, minha vontade em buscar conhecimento não acaba por aqui, aliás, isso é só um início. Quero mostrar para o mundo[18] que não se deve tolerar palavras de ódio nas escolas e muito menos atitudes que impactem negativamente nos alunos. Por isso, seguirei pesquisando nessa temática, gênero e sexualidade, a fim de aprimorar meus conhecimentos e sempre poder inovar a minha prática em sala de aula.

Enfim, cabe o entendimento de que, somente com ações efetivas em prol dos direitos de todos os que se encontram na escola é que a educação humanizada ocorre, o perpassa pelo respeito às individualidades. Também é

[18] O mundo para mim se trata de uma expressão subjetiva. Esse mundo não necessariamente são as pessoas do planeta Terra inteiro, ele pode ser uma pessoa, uma sala de aula, uma escola, uma comunidade, entre outros.

fundamental que a escola (re)conheças legislações vigentes e procure pautar formações docentes que contemplem as temáticas Gênero e Sexualidade. A escola é um lugar aberto ao diálogo, que forma sujeito críticos, humanos e empáticos, os quais podem revolucionar o “cistema”[19].

[19]Expressão gerada a partir das combinações das palavras cisgênero e sistema.

REFERÊNCIAS

ABGLT. **Nota da ABGLT sobre a retirada dos termos "orientação sexual" e identidade de gênero" da proposta da BNCC – Base Nacional Comum Curricular. Niterói, 2017**. Disponível em: https://42591db2-5171-4bc2-9173-225378cc4c25.filesusr.com/ugd/dcb2da_4b6ca0788400484aa65ce780ba351d45.pdf . Acesso em: 25 fev. 2021.

ANTRA. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

BALESTRIN, Patrícia Abel; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues. Gênero e sexualidade nas práticas educativas. **Revista Retrato da Escola**. Brasília, v. 9, n. 16, p. 47-61, jan./jun. 2015.

CALIXTO, Thiago Guilherme. LGBTFOBIA no ambiente escolar: desafios da prática docente. **Anais III CONEDU**. Campina Grande. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 1 de 29 de janeiro de 2018**. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf . Acesso em: 13 mai. 2021.

CPERS. Dia da Visibilidade Trans destaca a luta pelos direitos da população LGBT+. 2019. Disponível em: https://cpers.com.br/dia-da-visibilidade-trans-destaca-a-luta-pelos-direitos-da-populacao-lgbt/ . Acesso em: 14 mai. 2021.

CRP-MG. **Gêneros não-binários e outros gêneros dissidentes**.Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1tBR62LK6NRJF_c-pOpatM-nD1HBSWvzS/view . Acesso em: 05 mai. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 13 mai. 2021.

_____. **Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm .

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm .Acesso em: 11 mai. 2021.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm . Acesso em: 12 jul. 2021.

_____. **Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de

gestão. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html. Acesso em: 12 mai. 2021.

_____. **Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html . Acesso em: 12 mai. 2021.

_____. **Lei nº 13.185 de 6 novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm . Acesso em: 11 mai. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão final. Brasília, dez 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf . Acesso em: 12 mai. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº 1.492/97.** Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/1997/1482_1997.pdf . Acesso em: 12 mai. 2021.

_____. **Resolução CFM nº 1.652/2002**. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2002/1652 . Acesso em: 12 mai. 2021.

_____. **Resolução CFM nº 1.955/2010**. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2010/1955 . Acesso em: 12 mai. 2021.

_____. **Processo-Consulta CFM nº 32/12 - Parecer CFM nº8/13**. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/pareceres/BR/2013/8 . Acesso em: 12 mai. 2021.

_____. **Resolução CFM nº 2.265/2019**. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2019/2265 . Acesso em: 12 mai. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 1º edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. 1ª ed. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes (org). *et al*. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução dos artigos: T. Tadeu da Silva. Belo Horizonte, MG.

Autêntica, 2000. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/30353576.pdf . Acesso em: 03 jun. 2021.

_____. **Um corpo estranho**:Ensaios sobre sexualidade e teoria queer.3ª edição.Belo Horizonte: Autêntica editora, 2020.

MAGNUS, Daniella Vieira. **Gênero e sexualidade – dos conteúdos aos discursos**: um olhar sobre os planejamentos dos estágios curriculares supervisionados dos cursos de Pedagogia – Licenciatura da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs). Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Osório, 2020.

MARTINS-SILVA, Priscilla De Oliveira Martins. *et al*. Adolescentes e Homossexualidade: representações sociais e identidade social. **Cadernos de pesquisa**.[S. l.].v. 42, n. 146, p. 474-493, maio/ago. 2012.

MOMBERGER, Christine Delory. **Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica**. Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 51, p. 523-536, set-dez 2012.

NORMALIZAÇÃO. *In*: Dicionário online **Michaelis**. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/normaliza%C3%A7%C3%A3o/. Acesso em: 13 jul. 2021.

NORMALIZAR. *In*: Dicionário online **Michaelis**. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/normalizar/. Acesso em: 13 jul. 2021.

REIDEL, Marina. **A pedagogia do Salto Alto: Histórias de professoras Transexuais e travestis na Educação Brasileira**. 2013, 162 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul,Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. **Parecer nº 739/2009**. Responde consulta nos termos deste Parecer e aconselha as escolas do Sistema Estadual de Ensino a adotar o nome social escolhido pelo aluno pertencente aos grupos transexuais e travestis. Disponível em : https://normativasconselhos.ifal.edu.br/normativa/pdf/CEED-RS_1257514054pare0739.pdf . Acesso em: 12 mai. 2021.

_____. **Decreto nº 48.118 de 27 de junho de 2011**. Dispõe sobre o tratamento nominal, inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Estadual e dá providências. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2048.118.pdf . Acesso em: 12 mai. 2021.

_____. **Decreto nº 49.122, de 17 de maio de 2012**. Institui a Carteira de Nome Social para Travestis e Transexuais no Estado do Rio Grande do Sul.

Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=57735&hTexto=&Hid_IDNorma=57735 . Acesso em: 12 mai. 2021.

_____. **Decreto nº 8.727 de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm . Acesso em: 12 mai. 2021.

SANTOS, Émerson Silva; LAGE, Allene Carvalho. LGBTFOBIA na escola: Implicações da gestão Escolar. **Revista Fórum Identidades**. Itabaiana-SE, Universidade Federal de Sergipe, v. 26, p. 95-108, jan.-abr. 2018.

SOUSA, Maria Goreti da Silva e CABRAL, Carmen Lúcia de Oliveira. **A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores**. Horizontes, v. 33, n. 2, p. 149-158, jul-dez 2015.

APÊNDICE A– Questionário

- Nome: *Quebra de anonimato*
- Idade: 16
- Cidade da escola atual: Ensino médio de Itaará
- A escola é: pública
- Você está estudando em 2020: Sim
- O que você está cursando atualmente? Ensino médio 1º
- Descreva as tuas experiências enquanto estudante transgênero na escola: desde a Educação Infantil. Conte o que você quiser! Fique livre para escrever o quanto desejar...

Bom, quando me descobri um menino transgênero estava no oitavo ano, ensino fundamental e finalmente pude contar com amigos LGBTI+ que conheci naquele mesmo ano. Foi muito difícil me auto afirmar como alguém do gênero oposto que nasci, todo mundo tem questões pra lidar por causa da adolescência, diferente de alguém cis pessoas que transitam entre gêneros ficam deslocadas internamente em várias coisas que até mesmo adolescentes cis já estão resolvendo, é como se iniciasse do zero seu auto conhecimento. Não anunciei minha nova identidade de gênero na minha antiga escola de ensino fundamental, Maria Petronilha Alves dos Santos, em Xangri-lá, anunciei quando já tinha me mudado para Itaará, uma cidadezinha pequena e rural, fui o primeiro transgênero a estudar lá, bastante desrespeito e falta de empatia das professoras, que tentavam ditar em fila de menina ou menina eu deveria ficar e me julgavam dizendo que eu usava o fato de ser trans pra poder fazer o que quiser, lembrando que fui diagnosticado com depressão, ansiedade e bipolaridade. Esperava um pouco mais de compressão daquelas pessoas que nem ao menos tentavam me chamar pelo meu nome, o nome que eu escolhi após minha nova identidade de gênero. Nem tive tempo pra desfrutar meu ensino médio por conta da pandemia e espero que assim como essa doença a intolerância com jovens diferentes também acabe. Beijos, boa sorte (quebra de anonimato – nome do participante).

Respondido em 15 de outubro de 2020. O participante mudou de cidade em fevereiro de 2021, por esse motivo, algumas respostas serão diferentes da entrevista.

APÊNDICE B - Entrevista

Amanda: Oi, boa noite! Meu nome é Amanda, eu sou acadêmica de pedagogia da UERGS e conforme a gente conversou no termo que te enviei por e-mail lá, faz tempo já. A gente vai fazer uma entrevista, teu nome não vai ser divulgado, se tu quiser escolher um nome, pra que eu possa colocar um nome fictício. Quer escolher um nome?

Miguel: Eu acho que eu escolhi Miguel, alguma coisa assim

Amanda: Isso, tá bom! Então eu vou colocar como Miguel.
Então, primeiro para começar assim, eu queria ver contigo. Primeira coisa assim, é… Como tu te descobriu? Como tu soube que tu é o Miguel?

Miguel: Hã… Foi um processo muito delicado, sabe? Porque tipo, eu não sou o estereótipo de que se espera de um homem trans, sabe? De gostar de esportes, de gostar de vídeo game, do tipo, “nossa é idêntico ao homem cis, só que com uma vagina”.

Amanda: Sim…

Miguel: Aí, eu tive um processo muito maior de tipo… Pesquisar na internet pessoas que talvez sentissem a mesma coisa que eu. E eu também tinha amigos trans, né, tipo… LGBT, no máximo bi, gay e lésbica, no caso orientação de sexualidade…

Amanda: Sim.

Miguel: Não necessariamente identidade de gênero né… Não me ajudava muito nesse caso. Demorou muito e… (Silêncio)

Amanda: Uhum…

Miguel: Eu comecei a me descobrir, especificando quando e onde. (Risos). Foi aqui na minha cidade, né tipo… Xangri-Lá, só que quando eu realmente me assumi para a escola, aí foi cara... (Silêncio)

Amanda: Uhum, sim… E quando tu te assumiu assim, hã… Pra escola como um… Vamos focar bem na questão da escola pra gente não se perder muito, tá? Hã, quando tu te assumiu assim pra escola, como é que foi a reação da, primeiramente assim dos teus colegas e depois aí tu vai subindo, hierarquicamente, vamos dizer.

Miguel: Hã… Para os meus colegas, eu me apresentei como (quebra de anonimato) né, porque eu nem sabia que tinha essa possibilidade de me apresentar num gênero que eu me identificava e que eu achei que eu não teria esse apoio da escola, e eu também não teria dos meus colegas.

Amanda: Fazendo um parêntese. Tu já sabia da existência da lei? Do nome social, por exemplo…

Miguel: É… E também porque eu ficava meio, sabe de… Exigir para pessoas desconhecidas né. Porque como eu mudei de escola, tinham que me chamar pelo que eu queria. E era uma cidade de interior, né cara, a galera é meio que mais atrasada que aqui o litoral.

Amanda: Sim.

Miguel: Aí… Eu no início eu tipo, pros amigos fiquei mais íntimo, eu pedi para que me chamassem de Miguel, tanto é que eles nem tinham raciocínio de me chamar de (quebra de anonimato), porque eles não estavam acostumados

Amanda: Uhum…

Miguel: Mas os professores, eles torceram a língua, eles não queriam me chamar de Miguel e parecia que ia cair a língua deles por respeitar meu gênero.

Amanda: Uhum, sim. E quando, tipo assim, chegou uma instância maior da escola, como por exemplo a diretoria. A direção, desculpe. Como é que foi assim, para a direção.

Miguel: Chegou na direção quando uma professora cometeu transfobia, que ela tinha um sistema de fila pra menino e pra menina. E aí tu já viu né? Pedir pra eu me senti desconfortável e eu queria ficar na fila dos meninos que era onde eu me identificava, né… Não necessariamente que eu gostava dos meninos ali que estavam de boa, não queria convivência com eles, eu só queria respeitar minha própria, meu próprio ser, minhas próprias escolhas.

Amanda: Sim. Com certeza! Já começa aí o problema na questão do binarismo né. E tipo, ou homem ou mulher né. E que série é que tu tava?

Miguel: Nono.

Amanda: É… Primeiro, é nono ano né, já não é nem pra, um desfecho dum, de uma fila né, homem e mulher, até porque já não existem só homens e mulheres no mundo né. Mas enfim, continua o que tu estava falando.

Miguel: Aí eu fiquei ali né e a professora mandou as meninas passarem, porque né, primeiro as “damas”. Aí eu fiquei para trás ali, ela me olhou e começou a me chamar pelo nome de existo e mandou eu passar como se eu fosse um cachorro, começou a gritar comigo, tipo: “Passa”. E dizer que… Eu disse né, professora: “Professora, eu não me sinto confortável indo com as meninas.” E aí acho que ela percebeu né, a condição de transgênero. Condição não, fica meio relacionado com doença.

Amanda: (Risos)

Miguel: Características do meu ser.

Amanda: Uhum…

Miguel: Ela notou isso e começou a usar isso de argumento pra ela, no caso. Aí ela começou a dizer que eu não tinha documento e que tinha que passar, porque sim! Se eu não tinha documento, não tinha que exigir nada!

Amanda: E quando tu ouviu isso, que que passou, o que que tu sentiu? De verdade, o que que tu sentiu? Com qualquer palavra que tu queira usar.

Miguel: Eu me senti em choque! Tipo, eu esperava transfobia né, porque né, como notam as estatísticas estão aí, mas eu nunca esperaria isso de um professor, jamais! Eu esperaria isso de um aluno, de um babaca qualquer, mas de um professor, que bah, é questão de ética respeitar o aluno. Eu achei isso muito deselegante e é uma falta de ética mesmo da professora que eu fiquei realmente em choque. Tipo, entrei em estado de, sabe quando a pessoa fica sem nem piscar, fica tipo, não consegue esboçar emoção.

Amanda: E o que que tu fez nesse momento?

Miguel: Eu obedeci as ordens dela, né, por que se ela faltou com respeito comigo eu não ia faltar com ela. Eu não ia começar brigar ali com ela.

Amanda: Sim!

Miguel: Quando eu sentei lá na carteira, ela saiu né. Por que ela é uma professora daquelas que gostam de não ficar na sala, sabe? Passar uma tulha de coisa de livro e sai. Ela é.... Aí vem a diretoria procurando ela e eu pedir para ter um papo com a diretora, tipo assim, só pra...

Amanda: E ela estava na sala?

Miguel: A professora?

Amanda: É.

Miguel: Não.

Amanda: Quando a diretora foi ali.

Miguel: Não a diretora…

Amanda: Ah não ela já tava fora.

Miguel: Ela veio procurando a professora. A professor não estava, (Inaudível). E aí pedi um papo com a diretora e a diretora foi, aceitou né. Conversar a sós comigo e quando eu comecei a contar o ocorrido, a diretora começou a colocar a culpa em mim.

Amanda: Uhum.

Miguel: Dizendo que aquilo era só um jeito da professora de ciências que não

tinha nada a ver, que ela só estava sendo engraçadinha, que ela estava querendo brincar.

Amanda: Sim. E que como que tu… Que nome que tu dá para essa situação? Assim, tu acha que tipo, foi, além de transfobia, é claro, isso é super evidente. Mas eu digo assim, tu acha que foi uma situação que tu sentiu assim, tipo um vexame. Tu acha que foi pra ti, isso foi um vexame? Por uma situação de bullying. Tu se sentiu, além de sentir, é claro, ofendido. O que mais tu sentiu naquele momento?

Miguel: Eu me senti muito humilhado. Primeiramente, porque eu tava, parecia que eu estava sendo julgado por causa que eu fiz aquilo tudo, parecia que era culpa minha. (Inaudível) me senti em estado de choque depois. Aí quando a diretora começou a colocar a culpa em mim, aí tipo, desabei, comecei a chorar e chorar. Ela até chamou professora de matemática. Começou a dizer que eu não fazia as lições e por isso, ela tava sei lá, tentando tirar motivos das "trouxinhas" dela para que a culpa fosse minha, ela realmente queria.

Amanda: Sim. Queria botar a desculpa nisso né. E o que que os teus colegas fizeram quando eles viram a professora fazendo isso contigo?

Miguel: Os meninos que estavam comigo, eles ficaram completamente apáticos. Eles acharam a situação como se fosse… Eu senti também que eles estavam na vibe de que "eu estava atrapalhando, sabe?". E tipo, o andamento da coisa, eles entrarem para a sala de aula.

Amanda: Eles estavam incomodados, assim tu acha?

Miguel: Eu acho que em relação a situação, claramente transfóbica, eles apáticos. Mas o para eles era tipo: "Aí cara, que mina chata. Vem entrando na nossa fila e agora tá tipo, impedindo a gente de entrar na sala".

Amanda: E nesse momento tu já tinha características físicas "masculinas"?

Miguel: Sim, sim. Eu raspei o cabelo e tal. E comecei a andar com meninos justamente porque eu queria ser considerado um homem. Tipo, eu engrossava a voz essas coisas que eu acho que fossem características masculinas, por que ninguém me levava a sério.

Amanda: Sim.

Miguel: Quando (inaudível)

Amanda: Fala de novo, que o som não pegou.

Miguel: Eu ia dizer que, quando eu me assumi eu tinha um cabelo comprido, né.

Amanda: Uhum.

Miguel: Eu lembro de uma vez que eu contei para uma mulher aleatória que eu

não vou explicar o contexto. Eu contei pra ela que eu era um homem trans e ela riu da minha cara. Tipo, porque eu tinha aparência, né, bem magra de uma garota. Eu me assumindo homem trans e ela tipo: “Ata!”e começou a rir, sabe. Foi uma situação muito desconfortável.

Amanda: Sim. É que é a função que nem todo trans, homem trans, é trans masculino né. É mais ou… Eu não lembro se é termo correto. Que se fala né, que é quando realmente assume completamente todas as caracteristicas de um homem cis, não no quesito binário né. Não sei se tu já ouviu falar sobre esse termo.

Miguel: Sim, no quesito binário, como eu citei, tipo uma menina cis binária, era como eu parecia pra ela. Então, na cabeça dela não parecia que eu tava afirmando.

Amanda: Sim. Com certeza. E nesse sentido assim, aconteceram mais algumas outras questões na tua vida escolar assim?

Miguel: Teve um professor de história, na (inaudível) que ele praticava bullying comigo, sabe? Tipo, ele zombava que eu era uma menina de cabelo curto e zombava na minha frente sabe. Ele nem disfarçava. Eu acho que pra ele com poder de professor, porque os meninos eram professores de história e gostavam de falar de futebol e ele apoiava os meninos, daí os meninos todos gostavam dele. E por isso eles zoavam com ele, comigo do lado, sabe. Era muito desconfortável, sabe.

Amanda: Sim. Então tu acredita… Bom, que ano foi isso?

Miguel: Isso tudo no 9º ano.

Amanda: Mas eu digo ano, de 20…

Miguel: Agora eu to no segundo.

Amanda: Tu tá no segundo né?

Miguel: 3 anos.

Amanda: Foi 2019.

Miguel: É.

Amanda: Foi teu último ano de estudo na escola, vamos dizer, presencial.

Miguel: É eu…

Amanda: Porque ano passado não teve e esse ano também não.

Miguel: 2020, é 2020 eu cheguei ter só umas 3 semanas de aula.

Amanda: É. Então, vamos dizer, que a tua última experiência foi essa com esse professor, isso?

Miguel: Última, última não, eu acho. Mas tipo, que eu lembre assim de mais marcante que com certeza tem a ver com minha aparência.

Amanda: Uhum. Então teve outras que não ficaram tão marcantes, vamos dizer assim.

Miguel: Sim! Como colegas dizendo que: Não lembrava meu outro nome e por isso podiam me chamar de (quebra de anonimato). Obviamente, uma situação bem (inaudível).

Amanda: Sim. E em algum momento tu usou a lei? Com eles assim…

Miguel: No caso…

Amanda: Primeiramente, tu tem a tua carteirinha de nome social?

Miguel: Sim! Eu fiquei muito feliz quando…

Amanda: Quando que…

Miguel: Oi?

Amanda: Quando que tu fez ela?

Miguel: Foi em 2019 também. Foi final de 2019.

Amanda: Aham.

Miguel: Eu fiquei muito feliz quando fiz ela, eu acho que não teria tanto peso eu fazer essa carteira social se não fosse aquela professora ter me tratado daquele jeito.

Amanda: Com certeza! Porquê é uma lei! Né, eles são obrigados, não é uma questão de não quero, é obrigação deles te chamarem por esse nome. Porque como é uma Lei, não é assim eu "posso". Por que antigamente tinha um processo ali, que eles eram aconselhados a utilizar o nome social da pessoa. Mas depois virou uma lei, entendeu? Então, eles não tem o que fazer. Eles são obrigados, entende? E, não sei se tu tem conhecimento e na verdade, não sei se tu tem vontade de mudar o teu registro civil?

Miguel: É… Eu só posso mudar com autorização de um responsável, no caso, teria que fazer uma audiência com juiz e ia fazer, só que foi cancelado em 2020.

Amanda: Ah… Verdade, por causa da pandemia né. Tu está com quantos anos?

Miguel: Estou com 17 agora. Ano que vem eu vou poder fazer isso sozinho.

Amanda: É, eu ia te dizer, porque saiu uma agora que é a AD2145, que é só tu chegar no cartório de registro civil né. Porque antigamente não podia, foi a partir de 2018 né, que começou essa lei de tu chegar no cartório e sempre precisava da cirurgia de transgenitalização, de redesignação sexual.

Miguel: Isso dá uma exclusividade para os trans mais ricos e os pobres meio que não iam ganhar.

Amanda: É, porque no fim sempre dentro de uma classe, ainda tem a segregação de outro tipo de classe, né.

Miguel: Fora a racial.

Amanda: É exatamente. Tem social, enfim, diversas. E, outra questão também, eu gostaria de saber qual a tua sexualidade? o que que tu te considera?

Miguel: Eu me considero um pansexual.

Amanda: Um pansexual. E antigamente lá na tua infância, tu pensa em alguma situação que já sentia fora dessa norma? Dessa heteronormatividade, né.

Miguel: Eu me sentia fora por causa do, no caso do jeito que eu me vestia, eu estava sempre mais de roupas masculinas e não que isso interfira de algum modo, mas tem uma forma de me expressar (inaudível) e nas brincadeiras, eu sempre gostei de ser a parte masculina, tipo, o pai, o irmão essas coisas assim e que depois eu fui percebendo que aquilo ali me deixava confortável, por que era o que eu era.

Amanda: Sim, com certeza. E isso já te influenciava de maneira negativa na escola?

Miguel: Ah, com certeza! Eu era muito taxado do tipo, “Maria macho”, “Lésbica”, “Machorra” e até dentro de casa.

Amanda: E como foi isso dentro de casa?

Miguel: Dentro de casa foi muito difícil, sabe, porque a casa deveria ser o nosso refúgio, né. E eu era julgado na escola e em casa.

Amanda: Sim. E como é que tu lidava com isso assim? Como que tu realmente se sentia?

Miguel: Eu me sentia muito, sabe, espremido. Eu não sei te explicar, mas como se estivesse sendo esmagado e a minha individualidade de como pessoa, de tipo não só na questão de gênero, de sexualidade, eu não consegui me expressar, porque me sentia pressionado de todos os lados. Eu não me sentia livre.

Amanda: Uhum.

Miguel: E por isso que por muitos anos eu acho que enxergar outra coisa da identidade de gênero, justamente por isso, porque eu não consegui nem me expressar em coisas básicas.

Amanda: Sim. E o que que tu sente hoje? O que que mudou em relação a tua família, se eles mudaram o que eles sentiam, da forma que eles te viam?

Miguel: Não, a minha família ela me ama. Só o meu pai que ele ficou meio estranho. Tipo, por que né agora, que a única filha mulher dele virou homem, tipo, nossa! Agora estou saindo por cima, meu.

Amanda: (Risos)

Miguel: (Risos)

Amanda: Sim. Mas a tua família, tua família, pois o resto são laços sanguíneos. E aí para os laços sanguíneos.

Miguel: Sim, eu estava me referindo ao meu irmão, minha mãe e meu pai e minha tia.

Amanda: E agora a pergunta é para fora. Para os laços sanguíneos, como foi assim? Como eles lidaram ou como eles lidam?

Miguel: Ah, eu não gosto de parente!

Amanda: (risos); Mas assim, mais ou menos, só para ter uma noção a nível de pesquisa.

Miguel: Eu vou analisar as pessoas que moram mais próximas, que são: minha avó, ela tipo, ela sabe, mas não entende. Então, ela me chama de a (quebra de anonimato – apelido do nome do participante), que no caso, é meu apelido, ainda no feminino.

Amanda: Aham, sim! Mas ela se demonstra um pouco flexível para poder entender?

Miguel: Sim, sim, sim! Ela demonstra que quer entender e a minha prima, ela também me chama pelo meu apelido, no caso, (quebra de anonimato – apelido do nome do participante) eu não gosto, mas é o apelido que me deram.

Amanda: Ah, mas melhor do que te chamar… Como é que é teu nome mesmo? De nascença.

Miguel: (quebra de anonimato – nome de nascença do participante). E até meu irmão de 8 anos, me chama pelo meu nome masculino e também pelos pronomes masculinos.

Amanda: Por que não é uma coisa dificil né, só basta a gente querer e entender que é o que o outro quer. E a gente só tem que respeitar a escolha e a decisão

dos outros, porque não diz respeito a nós, mas diz respeito ao outro. E o que que mais tu vê no trajetória escolar, que aconteceu e te impediu, tu acha que isso te negou um acesso à educação. Negou uma falta de aprendizagem?

Miguel: Eu acho que isso me forneceu distúrbios mentais, que me causaram uma certa dificuldade de tipo, no meio do quinto ano, quando eu sofri um abuso, que não vem ao caso, a partir dali, tipo, foi ladeira abaixo, as minhas notas só caíram, comecei a trocar números e operações. Eu comecei a tipo, esquecer de fazer as coisas, na prova às vezes, eu tinha questões muito fáceis da prova e eu esquecia de fazer, porque minha cabeça estava lá longe. Eu estava em estado (Inaudível), às vezes é muito difícil uma criança ou adolescente suportar tanta coisa sozinho.

Amanda: Sim, com certeza. Mas tu acha que tu ser trans atrapalha a tua aprendizagem?

Miguel: Atrapalha um pouco, porque quando eu não era aceito, eu já não estava conseguindo e quando eu fui aceito, eu estava dando tipo, exclusividade demais e eu estava ganhando muito “holofote”, e eles estavam tentando me proteger. E era o certo. Só que os outros alunos estavam me vendo como o queridinho dos professores, e eles estavam me enxergando como um rival e isso dificultou em que eu não fiz nenhum amigo, por causa da transexualidade.

Amanda: Entendi! Mas tu não acha que é uma situação que não é por tu ser trans, mas sim uma situação que talvez a escola não saiba lidar com isso. O que que tu mais ou menos pensa assim?

Miguel: Eu acho que originou-se do “problema” de eu ser trans e ser trans não é uma coisa tipo, recente nas escolas, não é recente na mídia a gente conhece bastante pessoas, artistas que (inaudivel), nesse meio de identidade de gênero. Mas no caso de crianças e adolescentes isso é muito novo ainda, então tipo, prejudica o meu aprendizado, porque estou servindo como teste, sabe?

Amanda: Sim.

Miguel: Assim como as outras crianças e adolescentes trans, por agora, estão saindo como teste de tipo, do que pode ou não fazer. Eles estão fazendo coisas erradas que para no futuro outras trans não sofram a mesma coisa. Mas alguém vai ter que sofrer.

Amanda: É verdade! O que tu pensa na escola nesse sentido assim?

Miguel: Eu acho que tipo, o assunto da identidade de gênero e sexualidade, deveriam ser mais abordados dentro da escola. Por que isso é meio que abordado como questão lá fora, sabe como se isso não interferisse na escola e interfere muito. Além de tudo mais, mas o tema de hoje é identidade de gênero.

Amanda: Sim. Tu vê alguma coisa boa em todo esse processo?

Miguel: Coisa boa? (Risos)

Amanda: É. Em todo o teu processo, não digo só em relação à escola, mas todo o processo de te conhecer, de realmente entender que tu não é mais aquela pessoa que tu nasceu, que tu realmente é o Miguel, enfim, que tu tem determinadas características. Enfim, todo esse processo, até chegar na pessoa que tu é hoje.

Miguel: É um sentimento de liberdade que eu escolhi um nome completamente diferente do meu registro, né. (Quebra de anonimato – nome de nascença do participante) e Miguel são bem diferentes, porque eu queria mostrar que eu já era Miguel sempre, não era como se eu tivesse, nossa, agora eu sou o tipo o… Eles queriam que eu escolhesse um nome como (Quebra de anonimato – nome masculinizado de nascença do participante). Só pra soar o contrário, como se eu tivesse mudado. Eu não mudei, eu só me descobri. É diferente!

Como eu falei, a proteção dos professores e o conteúdo de identidade de gênero inserido nos alunos, porque não adianta os alunos me respeitarem e os professores, não. Ou os professores me respeitarem e os alunos, não. Aí tem as questões dos pais dos alunos também. É todo uma questão...

Amanda: Nunca tinha pensado nessa perspectiva de mudar o nome completamente, porque justamente eu não sei se tu já soube desse estudo agora, eu não sabia. Tem um estudo da, depois eu te confirmo o País, e revela que as pessoas, elas não se tornam trans, elas nascem trans. Então, é um estudo científico, que mostra partes do cérebro. Esse estudo assim, é muito importante! Porque ele realmente dá nos dedos de quem diz que as pessoas vão por conveniência, por moda. Porque isso é mentira total, a pessoa já nasce. Não é porque ela nasce com gênero que ela nasce. Não tem outra explicação. Então, esse estudo veio para revolucionar e eu vou citar ele no meu trabalho. Então, quando tu diz isso assim, que eu era o Miguel, né, eu nasci Miguel, não tem justificativa colocar um nome parecido com o teu nome, realmente te designaram e não faz sentido mesmo. Agora a cerca da escola.

Miguel: E também (Quebra de anonimato – nome masculinizado de nascença do participante) é muito feio (Risos)

Amanda: (Risos). E agora acerca da escola, tu vê algum ponto positivo?

Miguel: O ponto positivo da escola foi o ensino médio de Itaara, que eles me tratam como pessoa. Eles deixaram eu usar o banheiro masculino, talvez tivessem exagerado na preocupação, mas eu acho que fizeram certo. Eles tentaram fazer o máximo de certo, mas é que quem não entenderam a mensagem, foi os alunos. Tem um jeito, a gente só tem que achar.

Amanda: E agora tu tá matriculado onde?

Miguel: Eu estou no Ensino Médio de Xangri-Lá. Mais conhecido como, mato.

Amanda: (Risos). E aí tu está no segundo ano, é isso?

Miguel: Sim, sim. Agora estou no segundo ano.

Amanda: Como é que estão as tuas aulas?

Miguel: As aulas estão (inaudíveis).

Amanda: Estão o quê?

Miguel: Estão chatas.

Amanda: Ah, chatas. Mas elas são online?

Miguel: São onlines, tipo, vídeo aula e muito PDF.

Amanda: Aham. E como tu tá te sentindo em relação a isso?

Miguel: Péssimo. Péssimo. Péssimo.

Amanda: E tem contato com os colegas?

Miguel: Não, não, eu não conheço ninguém. Porque só tem o grupo de whatsapp né, então eu não ia ficar chamando eles, as pessoas que não conheço.

Amanda: Sim, com certeza! E tu acha que isso é bom ou ruim? Porque veio de outra cidade.

Miguel: É terrível aula de EAD.

Amanda: Sim.

Miguel: Nossa, é aquele desânimo, aquela vontade de não fazer nada e ainda por cima, não tem mais aquele… A única coisa boa, é ficar rindo com os amigos e comer merenda de graça.

Amanda: É verdade! Um ponto positivo que tu achou foi essa função de Itaara, que tu disse que eles te acolheram, ali no fim, por mais que no início foi meio turbulento, pelo o que eu entendi. Meio turbulento com a questão da prof.

Miguel: O fundamental ele não foi muito legal.

Amanda: Mas na mesma escola?

Miguel: Não, o fundamental é o fundamental. O ensino médio é o ensino médio.

Amanda: Ah, eram escolas diferentes?

Miguel: Sim. Aí no ensino médio acho que talvez eles queriam me tratar bem ou não queriam tomar processo.

Amanda: Mas foi o início da pandemia.

Miguel: Sim! Foi o início da pandemia, mas eles mereceram, eles até colocaram meu nome Miguel na chamada.

Amanda: Eu ia perguntar isso. Lá no fundamental não tinha o teu nome Miguel?

Miguel: Não. Era horrível, nem dava vontade de ir na aula, sabe. Isso no fundamental né, (inaudível) ainda em Itaara, só que fundamental e ensino médio são coisas diferentes e escolas diferentes, o fundamental ele só… O… É corpo docente que fala dos professores?

Amanda: Sim.

Miguel: Eles só começaram a me tratar minimamente como gente depois que eu tentei suícidio. Porque né, é muita coisa aguentar transfobia, depressão, sem nenhum estímulo dentro de casa, porque em casa não tinha internet, então realmente eu estava pirando, eu andei até não poder mais, até uma ponte onde eu quase me atirei de lá e eu fui internada.

Amanda: Isso no fundamental?

Miguel: Isso no fundamental. Quando eu tinha 15 anos.

Amanda: E nunca mais ocorreu situações como essa?

Miguel: De tentativa de suicidio?

Amanda: Isso!

Miguel: Não. Não ocorreram mais.

Amanda: Nem estado depressivos? Em decorrência da transfobia, por exemplo.

Miguel: Eu não tenho mais casos de transfobia, porque eu não tenho convivência com pessoas né. A pandemia me, ela matou muita gente, mas permitiu que eu ficasse resguardado em casa.

Amanda: Sim. Tem mais alguma outra coisa que tu queria contar? Algo que tu te sinta à vontade em falar?

Miguel: Eu tenho um medo como pessoa trans. Eu tenho muito medo de virar estatística.

Amanda: E tu acha que, como a escola pode contribuir para que tu não vire estatística?

Miguel: Como eu falei, a proteção dos professores e o conteúdo de identidade de gênero inserido nos alunos, porque não adianta os alunos me respeitarem e os professores, não. Ou os professores me respeitarem e os alunos, não. Aí tem as questões dos pais dos alunos também. É todo uma questão...

Amanda: A comunidade escolar.

Miguel: Sim, uma questão de todos respeitarem ali, porque se não podemos virar estatística.

Amanda: Sim. Já que tu falou medo, então vamos falar uma coisa boa. Qual teu maior sonho?

Miguel: Eu poder entrar numa sala de aula, ou seja, fundamental, ensino médio, faculdade, curso técnico e apresentar como trans e todo mundo achar isso plenamente normal, sem me julgar.

Amanda: E tu acha que alguém fala assim, que tem as pessoas que ficam tipo, esnobam ou te julgam de maneira ruim, por tu ser trans e tem pessoas que te bajulam, vamos dizer assim, por tu ser trans. Entendeu mais ou menos o que eu quis dizer?

Miguel: Eu não diria bajular, eu diria pisar em ovos. Porque tipo, eles não me veem como pessoa, indivíduo. Ali nossa, o Miguel é engraçado, o Miguel é chato. Não, o Miguel é trans.

Amanda: Isso.

Miguel: Então é a primeira coisa que vem na cabeça deles, quando eles me veem, é ser trans, como isso fosse...

Amanda: O rótulo.

Miguel: Super característica, como se eu só fosse isso.

Amanda: Isso, é exatamente isso. Como se fosse o único rótulo. Tipo, eles não falam assim: “Lá vem o Miguel”. Não, é: “Lá vem o trans Miguel”. O que que tu sente com isso?

Miguel: Eu me sinto muito rotulado, como você disse. Eu me sinto, tipo como se eu fosse posto numa caixinha. Sabe, tem a caixinha das meninas masculinas. Tem a caixinha dos trans. Tem a caixinha das lésbicas. Uma caixinha para cada um.

Amanda: Sim. Tu quer fazer transformação no teu corpo?

Miguel: Eu não quero!

Amanda: Tu quer continuar com teu corpo normal?

Miguel: Eu gosto do meu corpo.

Amanda: Sem cirurgia, sem hormônio e sem nada?

Miguel: Eu gosto do meu corpo normal e sem dor.

Amanda: Sim. Com certeza! Se tu tiveres mais alguma coisa para falar, sempre que tu quiser, tu pode me enviar um e-mail que eu entro em contato contigo e a gente pode marcar alguma coisa para acrescentar no trabalho. Para finalizar, eu gostaria de te dizer para que não perca a esperança na educação, que a gente pode pegar 10 professores que não nos, enfim… Mas sempre vai ter um que vai nos ajudar e não perde a esperança nisso. Algumas pessoas estão estudando muito pra revolucionar e pode ser, ou tomara que eu seja uma delas, porque eu gosto de revoluções, eu quero que as coisas mudem. Porque eu não admito ver tanto preconceito, tanta, se baseando na minha pesquisa, tanta transfobia na minha área. É uma coisa que é inadmissível. Então, pode sempre contar com a Amanda pesquisadora que se depender de mim, isso vai ser erradicado completamente. Que todos nós possamos estudar e se cercar de conhecimento. E a nossa única arma, é a educação, é o livro, é isso que nos vai fazer ser menos ignorantes. Não perca a esperança, essa fé! Eu sei que é muito difícil, porque não é eu que passo por essas situações, sei o quanto é difícil, mas eu quero te dizer pra seguir firme e forte, tá? Que vamos juntos nessa e muito obrigada de coração, muito obrigada mesmo por aceitar participar da minha pesquisa, do meu estudo, que tu vai ver que vai ficar bombástico, vai ficar arrasador. Da minha parte é isso. Não sei se tu tem mais alguma coisa para falar?

Miguel: Como tu falou de se cercar de conhecimento, seria bom as pessoas fazerem isso, porque né, as pessoas trans e pessoas tipo, qualquer classe moralista está cansada de explicar!

Amanda: Com certeza! É as pessoas irem atrás, né. Não só esperarem outras pessoas virem falar. Com certeza! Mais alguma coisa para falar?

Miguel: Muito obrigado deixar eu participar do teu projeto!

Amanda: Capaz! Encerro aqui e até uma próxima!

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Amanda Pia dos Santos <amanda-pia@uergs.edu.br>ter., 5 de jan. 21:50
para pietrocastro2004, pietrocastro1980

Oi! Estou te enviando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que você possa autorizar que seja utilizado o seu relato na pesquisa do meu TCC. Deixando claro que seu nome NÃO SERÁ DIVULGADO, em nenhum momento!
Se concordar é só responder esse email com um "ok".
Caso contrário, entre em contato comigo!

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você, ____, está sendo convidado a participar, como voluntário, da pesquisa para produção de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulada "Marcas escolares em um estudante transgênero". A pesquisa tem como Objetivo Geral biografar as experiências escolares de um estudante transgênero e como Objetivos Específicos entender se a identidade de gênero do aluno afetou/afeta a sua aprendizagem; verificar os desdobramentos do ser trans na escola; evidenciar situações de *bullying* por conta da sua identidade de gênero; indicar possíveis despreparos da equipe diretiva e docentes; promover a visibilidade para a comunidade trans, especificamente transgêneros.

Para tanto, será feita uma reunião, via Google Meet, em data e o horários a combinar, onde serão apresentados alguns tópicos (entrevista narrativa, com questões semiestruturadas) acerca do tema, para que nos ajude a compreender o modo como a escola tem acolhido a demanda LGBTI+: transgênero. A entrevista deve durar em torno de duas horas será vídeo-gravada e transcrita para análise, sendo que o nome do entrevistado será mantido em sigilo acadêmico.

Os **riscos** desse procedimento serão mínimos, tendo em vista que o entrevistado pode se recusar a responder questões que considere inapropriadas e/ou constrangedoras. Caso deseje realizar a entrevista em mais de um momento, em vista de cansaço mental ou emocional isso poderá ser feito.

Os benefícios e as vantagens ao participante dessa pesquisa não serão diretos e imediatos, mas consistem na possibilidade de contribuir para que os profissionais da educação reflitam acerca do papel da escola e das famílias no processo educativo de LGBTQIA+.

A entrevista será realizada pela graduanda em Pedagogia Amanda Pia dos Santos e acompanhada pela professora Drª. Maria Cristina Schefer, orientadora responsável pela pesquisa, que pode ser contato no e-mail: maria-schefer@uergs.edu.br.

Todas as despesas decorrentes de sua participação nesta pesquisa, caso haja, serão ressarcidas. Danos decorrentes da pesquisa serão indenizados.

Você poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo despesa e constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para usar suas informações na produção de artigos técnicos e científicos, aos quais você poderá ter acesso. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome.

Todos os registros da pesquisa estarão sob a guarda do pesquisador, em lugar seguro de violação, pelo período mínimo de 05 (cinco) anos, após esse prazo serão destruídos.

Este termo de consentimento livre e esclarecido, em vista da Covid-19, será enviado no corpo de e-mail e sua resposta recebida neste mesmo mecanismo, basta que responda aceitando ser entrevistado.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Uergs (CEP-Uergs). Formado por um grupo de especialistas, tem por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade, contribuindo para que sejam seguidos os padrões éticos na realização de pesquisas: Comitê de Ética em Pesquisa da Uergs – CEP-Uergs - Av. Bento Gonçalves, 8855, Bairro Agronomia, Porto Alegre/RS – CEP: 91540-000; Fone/Fax: (51) 33185148 - E-mail: cep@uergs.edu.br.

_____<_____180@uergs.edu.br>ter., 5 de jan. 21:54

para mim

Ok, eu concordo com os termos traçados para o estudo.